

IMPLICAÇÕES DO REALISMO NA GEOGRAFIA E NO SEU OBJETO DE ESTUDO, A GEOGRAFIA COMO MATERIALIDADE, CATEGORIA DA DETERMINAÇÃO DO REAL

Dra. Mônica Sampaio Machado*
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro e
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

monicasampaio@oi.com.br

Reina uma certa confusão entre geografia como materialidade e Geografia como ciência que estuda a geografia, uma dimensão da materialidade do mundo. A Geografia, como um campo científico, é composta por diferentes atores com interesses específicos reunidos em geral em uma instituição em torno de um propósito mais amplo, promover e produzir estudos geográficos e suas práticas profissionais. Vários artigos são elaborados sobre a geografia como materialidade, a geografia dos lugares, das regiões, das cidades, dos territórios nacionais, etc. pelos atores da ciência geográfica. Regras formais e influências filosóficas, que mudam no tempo e no espaço, ficam evidenciadas nos estudos que são desenvolvidos pelos profissionais da Geografia. Já a geografia como materialidade, objeto de estudo da Geografia e inquietação de vários profissionais, é constituída pelas formas espaciais de naturezas distintas, física, biológica e social, que em conjunto compõem e movimentam, a partir de uma ordem que lhes é própria, os cenários geográficos. Estes constituem os territórios e os lugares, concentram as espacialidades e as territorialidades, são gerados pelos interesses sociais como também atuam sobre eles. De fato, os cenários geográficos são um contínuo social, sem mobilidade na escala local, mas com capacidade, uma vez que incorporam objetos técnicos, de conexão rápida e de grandes alcances. Tendo como fio condutor o realismo materialista, este trabalho procura assinalar a distinção Geografia como ciência e geografia como materialidade e refletir sobre a dinâmica sócio-espacial dos cenários geográficos a partir de três termos que a ciência geográfica tem desenvolvido conceitualmente para análise da geografia como materialidade: espacialidade, geograficidade e lugar.

PARAVRAS-CHAVE: Geografia; geografia como materialidade; realismo; materialismo; formas espaciais; epistemologia; conceitos geográficos; campo científico; discursos geográficos.

* Sem que saibam, dois grandes geógrafos influenciaram as idéias que moveram este trabalho: Cris Philo, em seu texto “Geografia e o mistério ainda maior da Geografia histórica”, onde me deparei com a expressão e a importância da “*sensibilidade geográfica*”, e Pedro Geiger, por me ter ensinado a pensar um pouco a partir dela. Entretanto, os caminhos e reflexões apresentadas são de minha total responsabilidade.

THE IMPLICATIONS OF REALISM IN GEOGRAPHY AND ITS OBJECT OF STUDY; GEOGRAPHY AS MATERIALITY, A CATEGORY TO THE ESTABLISHMENT OF WHAT IS REAL.

Dr. Mônica Sampaio Machado
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro e
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

monicasampaio@oi.com.br

It reins certain confusion between geography as materiality and Geography as the science which studies the geographic dimension of the world materiality. Geography, as a scientific field is compound of different actors with specific interests generally gathered in an institute with the broader objective of promoting and producing geographic studies and their professional procedures. Several articles are then prepared about geography as materiality - the geography of places, regions, cities, national territories and etc by the actors of the geographic science. Formal rules and philosophical influences, which change in space and time, are clearly evidenced in these studies developed by Geography experts. On the other hand, geography as materiality, an object of study of Geography and a concern to several professionals in the area, is constituted by spatial formats of distinct nature - physical, biological and social which, all together, compose and change, from their own order onwards, different geographic environments. These environments form the territories and the places, concentrate the spatiality and territorialities and are generated by social interests as well as act on them. As a matter of fact, the geographic environments are a social continuity, with no mobility in the local scale, but ability to rapid connection and long reach once they incorporate technical objects.

Using materialist realism as a guide, this work intends to highlight the distinction between Geography as a science and geography as materiality and to reflect on the social-spatial dynamics of the geographic environment based on three words whose concepts have been developed for the analysis of geography as materiality: spatiality, geographicity and place.

KEY WORDS: Geography; geography as materiality; realism; materialism; spatial formats; epistemology; geographic concepts; scientific field and geographic speeches.

IMPLICAÇÕES DO REALISMO NA GEOGRAFIA E NO SEU OBJETO DE ESTUDO, A GEOGRAFIA COMO MATERIALIDADE, CATEGORIA DA DETERMINAÇÃO DO REAL

Dra. Mônica Sampaio Machado
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro e
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

monicasampaio@oi.com.br

Introdução

Quando ao pintar o interior de uma igreja, pediram a Gustave Courbet que incluísse anjos na cena, ele replicou: “*Nunca vi anjos. Se me mostrarem um, eu pinto*”.¹

Quando comecei a escrever este artigo estava intrigada com uma observação feita por uma amiga do campo das artes plásticas que começava a passear pela literatura geográfica: “*a geografia para mim está sendo muito difícil, não estou acostumada a essa leitura, é muito realismo, a geografia é puro realismo, realismo puro*”. Embora inicialmente, não tenha dado muita importância a essa afirmação, não conseguia esquecê-la. Fiquei a refletir sobre o assunto e comecei a comparar os discursos que fluíam do campo das artes com aqueles produzidos pelas ciências sociais, especialmente, pela Geografia. De fato, a observação apresentada, fazia sentido e valia a pena uma investigação.

Para dar continuidade à análise e profundidade à discussão algumas questões precisavam ser consideradas. As principais questões que mereciam atenção orbitavam em torno do significado da palavra realismo e de sua expressão nos campos da Filosofia, da Arte, da Ciência e da geografia como materialidade. O que vem a ser realismo? Trata-se de um movimento artístico e literário predominante na última metade do século XIX, ou possui um alcance maior? Qual a relação entre realismo, ciência, filosofia e geografia? Como pensar a produção da ciência geográfica a partir das correntes realistas? Como se realiza a alimentação das questões entre o campo mais amplo da qual a ciência emerge, o campo da cultura, e a produção de conhecimento da ciência, principalmente da ciência Geografia? Quem coloca primeiro as questões, a ciência ou a arte? Como explicar a manifestação das correntes filosóficas nas ciências

¹ Ian Chilvers, 1996, p.131.

sociais como, por exemplo, do positivismo ou do marxismo na Geografia? Estariam essas correntes influenciadas pela perspectiva realista? As correntes realistas se opõem às românticas ou a elas se associam? São seqüenciais ou simultâneas?

Estudar as características do positivismo, do marxismo ou mesmo da hermenêutica e associá-las à Geografia através do levantamento de autores, conceitos, temas, metodologias, período de influências, etc., assim como estabelecer correlações entre o contexto político-econômico e o surgimento dessas diversas correntes, não pareciam ser atividades suficientes, e mesmo apropriadas, para arriscar algumas respostas. Era necessário não apenas estender as observações para além do limite do campo científico geográfico, como também enxergá-lo de maneira conectada ao movimento mais amplo da cultura. Como fazer isso? Por onde começar? Percebi que era necessário partir de algo que conhecia um pouco, a própria Geografia e as ciências sociais, para em seguida explorar os movimentos dominantes no mundo das artes e da cultura. E novamente a observação retorna “...*geografia é puro realismo, realismo puro*”.

Qual geografia esta afirmação estaria a se referir como “puro realismo”, a Geografia como ciência ou a geografia como materialidade? Como e por que associar o termo realismo, e seus múltiplos desdobramentos, e Geografia? Ansiosa por algumas respostas me deparei com a menção a Gustave Courbet (1819-1877), pintor francês, líder do movimento realista de enorme influência no mundo das artes no século XIX, indicada no pequeno trecho em destaque logo no início deste artigo, “*como posso pintar anjos se nunca os vi?*” O trabalho de Courbet ganhou evidência principalmente por substituir o romantismo e as idealizações dominantes nas manifestações artísticas do início daquele século, pelas representações da realidade fruto da observação direta dos fenômenos. Sua pintura retratava o homem comum, operários, mulheres e cenas da vida cotidiana e do espaço público. Courbet pode ser visto, assim, como um ícone da nova estética que era então desenvolvida ao lado da crescente industrialização da sociedade ocidental. Sociedade que estava a aprender a utilizar o conhecimento científico e a técnica para interpretação e domínio da natureza.

Não é demais também lembrar que, na segunda década do século XIX, nascia um moderno processo de reprodução de imagens, a fotografia. Impulsionando a plástica realista, a fotografia servia de instrumento de observação rigorosa da realidade, registrando cenas da vida cotidiana. Nesse sentido, a literatura, igualmente, é um outro exemplo. A busca pela abordagem objetiva do mundo exterior e do uso do espaço

público a partir do interesse por temas sociais acabou reforçando o caráter de denúncia e produzindo um certo radicalismo no movimento, que foi denominado de *Naturalismo*, termo muitas vezes confundido com *Realismo*.

Eça de Queiroz exprime o *Realismo-Naturalista* na segunda fase de sua produção literária, marcada pela publicação do romance *O crime do Padre Amaro*, em 1875. Esse realismo surgia como uma base filosófica de grande magnitude contagiando todas as concepções do espírito. Seu principal traço era a objetividade da análise e síntese da realidade em oposição à subjetividade romântica. A exatidão, a veracidade, a abundância de pormenores, o retrato fiel à natureza e ao real, a admissão de temas cosmopolitas, o uso de expressões simples e a tentativa de aplicar à literatura as descobertas e os métodos científicos do século XIX, eram algumas das principais características desse realismo. Em *Cartas Inéditas de Fradigue Mendes*, escrita por Eça de Queirós, em 1876, para a segunda edição do romance mencionado, pode ser observado um retrato dessa tendência literária, em destaque a seguir.

Supõe que tu queres ter na tua sala a imagem de Napoleão passando os Alpes (...). Que fazes tu? Chama dois pintores: um que é idealista (...), e outro que é realista (...). O pintor idealista (...) broxa-te imediatamente este quadro: um píncaro de montanha; sobre este píncaro, um cavalo com as proporções heróicas do cavalo de Fídias, empinado; sobre esse cavalo, premindo-lhe as ilhargas, Napoleão, de braços e pernas nuas, como um César romano, com uma coroa de louros na cabeça. Em volta, nuvens; embaixo, a assinatura. Dir-me-ão: é falso! – Como falso? Este quadro foi creio que é ainda, uma das jóias do museu de Luxemburgo.

Durante esse tempo, o pintor realista, tendo lido a história, consultado as crônicas do tempo, estudado as paisagens dos Alpes, os uniformes da época, etc., deixou (...) o seguinte quadro: sob um céu triste, um caminho escabroso de serra; por ele refolgando e retesando os músculos, sobe uma mula, Bonaparte, abafado em peles, com um barrete de lontra e óculos azuis por causa da reverberação da neve, viaja, doente e derreado... Qual destes quadros escolhes tu (...)? O primeiro, que te inventou a história ou o segundo, que a pintou? O idealista deu-te uma falsificação, o naturalista, uma verificação. Toda a diferença entre o idealismo e o naturalismo está nisto. O primeiro falsifica, o segundo verifica. (...) e, aqui tens outro exemplo.

Suponho (...), que se trata de te descrever uma menina que mora ali defronte, Virgínia, (...). Apresentam-se dois novelistas – o idealista e o naturalista. (...). O idealista não a quer ver nem ouvir, não quer saber mais detalhes. (...) recorda durante um momento os seus atores e, num relance, cria-se a menina (...): figura, a graça de Margarida; no coração, a paixão grandiosa de Julieta; nos movimentos, a languidez de qualquer odalisca; na mente, a prudência de Salomão e nos lábios, a eloquência de Santo Agostinho...

É agora o escritor naturalista que a vai pintar. Este homem começa por fazer uma coisa extraordinária: vai vê-la!...

Não riam: o simples fato de ir ver (...) quando se pretende descrever (...) é uma revolução na Arte! É toda a filosofia cartesiana: significa que só a observação dos fenômenos dá a ciência das coisas. Este homem vai ver Virgínia, estuda-lhe a figura, os modos; a voz; examina o seu passado, indaga da sua educação, estuda o meio em que ela vive, as influências que a envolvem, os livros que lê, os gestos que tem – e dá enfim uma Virgínia que não é Cordélia, nem Ofélia, nem Santo Agostinho, (...) – mas que é a burguesa (...) em Lisboa, no ano da graça de 1879. (...) a qual dás tu a preferência? O primeiro mentiu-se. A Virgínia que tens diante de ti é um ser vago feito de frases que não tem nem osso e, que, portanto, não pertencendo à humanidade a que tu pertences, não te

pode interessar. É uma quimera, não é um ser vivo. O que ela diz, pensa ou faz, não te adianta uma linha no conhecimento da paixão e do homem. Uma tal Virgínia não pode ficar como documento de uma certa sociedade, num determinado período: é um livro inútil. Tens diante de ti uma falsa. O segundo dá-te uma lição de vida social: põe diante dos teus olhos, num resumo, o que são as Virgínias contemporâneas. Faz-te conhecer o fundo, a natureza, o caráter da mulher com quem tens que viver. Se a Virgínia, em conclusão, não é boa – evitarás que tua filha seja assim; podes-te acautelar desde já com a nora que te espera; é-te lição no presente, e, para o futuro, ficará como um documento histórico. É uma verificação da natureza. E aqui tens (...) reduzido a fórmula familiar, ao alcance da tua compreensão e despido de névoas filosóficas, o que é o idealismo e o que é o naturalismo, na pintura, no romance e no drama.
(Eça de Queiroz, 1876)²

Esse movimento e estética apareciam igualmente na arquitetura e na engenharia que, tanto quanto a pintura, a fotografia e a literatura, passavam a sofrer influências do processo industrial e das novas necessidades urbanas. As cidades dos países industrializados em meados do século XIX não exigiam mais ricos palácios e templos, mas sim fábricas, estações ferroviárias, armazéns, lojas, bibliotecas, moradias, escolas, hospitais, etc.. Exigiam uma série de equipamentos e formas espaciais novas, para a vida das classes sociais que passavam a se avolumar nos centros urbanos. A Torre Eiffel, o Palácio de Cristal e a roda gigante, todos exibidos em exposições universais, foram símbolos do avanço tecnológico e da estética realista das últimas décadas do século XIX.

As exposições universais, montadas nas então cidades cosmopolitas, tiveram papel singular como eventos de modernidade. Elas buscavam retratar o mundo moderno avançado e seus espetáculos nos campos da ciência, das artes, da arquitetura, dos costumes e da tecnologia. Entretanto, ao mesmo tempo proporcionavam uma atmosfera de desagregação social e o sentimento de desaparecimento de tudo o que era familiar e seguro em favor do efêmero, que parecia se colocar como a grande característica da cultura moderna. A sensação de decadência moral, de degeneração do espírito, de enfraquecimento intelectual etc., ao lado de todos os avanços na ciência, na arte e na geografia como materialidade constituíam o universo modernista do final do século XIX e eram absorvidos pelos intelectuais e artistas do período, que buscavam expor e retratar esse turbilhão de mudanças do mundo exterior.

Esse novo estilo embora eclodisse de forma diferenciada no tempo e no espaço, em função das diversidades técnicas, intelectuais e materiais dos lugares,

² Cartas Inéditas de Fradigue Mendes, volume póstumo, 1929. (EÇA DE QUEIROZ, José Maria. *Eça de Queirós por João Gaspar Simões*. Rio de Janeiro: Agir, 2005).

acabou se expressando em várias partes do mundo. Criado pelo Ocidente, a partir de seu então centro, a Europa, essa moderna maneira de agir e interpretar a realidade passa a se estender às várias partes do planeta. Suas origens associam-se ao desenvolvimento industrial, puxado pela Inglaterra desde o século XVIII, e às novas formas de organização social, visíveis também naquele século, como o crescimento das cidades e a composição dos então estados nacionais modernos.

As expressões e valores morais e materiais advindos com a industrialização como, por exemplo, a construção e elaboração de estradas de ferro e suas estações, de portos, de enormes cidades, dos meios de transporte, dos usos de novos materiais como o vidro, o ferro, o aço, o cimento, o concreto armado, da democracia, dos direitos individuais, enfim as conquistas humanas de um modo geral, que incluem a Ciência, a Arte, a Política, a Filosofia e a geografia como materialidade, foram impulsionadas e exportadas, efetivamente, pelo Ocidente para o mundo inteiro, subvertendo não apenas as antigas formas materiais como também as organizações e manifestações sociais. Embora cada lugar tenha respondido a essas modificações de maneira própria, pode ser notado um eixo comum a partir do qual os campos da Ciência, da Política e da Arte passavam a se colocar. Esse eixo torna-se evidente no século XIX, principalmente na sua segunda metade, e está muito associada à nova forma da sociedade operar e reagir à realidade.

Nesse período, grandes intelectuais, de diversas nacionalidades, parecem expressar em panfletos, jornais, livros, obras de arte, movimentos políticos, paisagens geográficas, etc. a defesa da objetividade e da atitude racional em oposição às perspectivas e idéias românticas e à retórica dominantes até então. A busca pela objetividade e a atitude racional influenciavam as novas maneiras de agir, interpretar e manifestar a realidade. Essa tendência comportamental dos seres e das coisas recebeu o rótulo de realismo. Palavra muito associada à idéia de moderno e suas expressões, modernidade, modernização, modernismo. As características principais do realismo podem ser resumidas pela busca de temas sociais e pelo tratamento objetivo da realidade. Marcado, assim, por uma linguagem política e de denúncia dos problemas sociais, os artistas e escritores realistas iam diretamente ao foco da questão, reagindo ao subjetivismo do romantismo.

É, justamente, nesse ambiente que são produzidas personalidades como August Comte (1798-1857), Charles Darwin (1809-1882), Karl Marx (1818-1883), Mikhailovich Dostoiévski (1821-1881), Charles Baudelaire (1821-1867), Gustave

Flaubert (1821-1880), Alexandre Dumas Filho (1824-1895), Leon Tolstói (1828-1910), Quintino Bocaiúva (1836-1912), Machado de Assis (1839-1908), Eça de Queiroz (1845-1900), Artur de Azevedo (1855-1908), Friederich Ratzel (1844-1904), Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Sigmund Freud (1856-1939), Aluísio Azevedo (1857-1913), Émile Durkheim (1858-1917), os intelectuais da Geração de 1870, dentre muitos outros. Embora com perspectivas políticas, ideológicas e filosóficas diferenciadas, esses intelectuais estavam envolvidos por um clima social e espiritual novo, uma nova atmosfera caracterizada como *realista*, na qual sobressaiam questões associadas à noção de realidade, ou seja, ao problema da existência das coisas ou do mundo exterior.

O século XIX, especialmente a segunda metade, viu também nascer os campos científicos e as áreas de especialização do conhecimento, tanto aquelas vinculadas às ciências naturais e exatas quanto às ciências humanas de então. É igualmente, nesse período, mais precisamente nas três últimas décadas, que a Geografia como disciplina moderna se efetiva e se consolida como campo científico, na acepção elaborada por Pierre Bourdieu, inicialmente no mundo europeu e norte-americano, e posteriormente, já no século XX, em todo continente americano.

Formava-se, a partir de então, a comunidade científica da Geografia moderna em várias partes do mundo sustentada na grande questão homem-meio, desdobrada em temáticas e objetividades diversificadas, que se aproximavam tanto daquelas desenvolvidas pelas ciências humanas quanto pelas ciências naturais do período. Começavam a ser implementadas modernas instituições de ensino e pesquisa, assim como reuniões científicas com propósito de formar professores de Geografia e profissionais treinados a partir de orientações científicas novas, sustentadas em práticas de trabalho influenciadas e orientadas pelas perspectivas realistas, que no campo científico assumiu a denominação de positivismo. Filosofia que fora sintetizada teoricamente por August Comte, adotada por grandes intelectuais como Émile Durkheim e posta em execução pelos naturalistas da época como Charles Darwin, que em função da grande revolução que sua teoria materialista da natureza apresentou no campo mais amplo da cultura e, especialmente, nos novos campos que se formavam, como a Geografia, obteve grande destaque e influência no cenário científico do século XIX.

As novas atitudes no processo científico, pautadas no positivismo, começavam a substituir a prática da retórica, muito comum no século XIX dentro das antigas instituições, como as sociedades de geografia, os institutos históricos e militares e os

cursos superiores. O domínio da ciência positiva correspondia ao universo empírico e não se preocupa senão com essa realidade³. Delimitar claramente os objetos das ciências para melhor situá-las no campo do conhecimento e desenvolver estudos que conduzissem ao estabelecimento de grandes teorias fundamentadas na experimentação, constituíam suas principais características. Dentro dessa nova conduta, as realidades territoriais das nações passavam, assim, a ser inventariadas e reconhecidas em detalhes pelos novos geógrafos que ao mesmo tempo as divulgavam nas escolas e nos novos cursos universitários. Constituíam-se, então, a moderna comunidade científica geográfica que, apesar dos conflitos internos, se organizava em torno da defesa da ciência positiva e de interesses políticos-acadêmicos comuns.

Para tanto, era imprescindível que a comunidade geográfica se estabelecesse ao redor de um mesmo eixo investigativo, de algo que lhe desse uma certa unidade do ponto de vista científico. Esta foi conseguida a partir do chamado estudo da relação homem-meio, que ao longo da história da ciência geográfica moderna recebeu inúmeras denominações, como região, paisagem, território, espaço, etc. De fato, essas designações tinham várias razões de existir. Ora em virtude da defesa da unidade da ciência geográfica e da justificativa de sua existência, ora por um certo vazio do debate epistemológico interno ao campo geográfico, ou por outras necessidades ou carências. Independentemente dos motivos, essas denominações buscavam referenciar o objeto de estudo da Geografia e sua condição de existência e reconhecimento no ambiente intelectual e científico.

Nesse processo de reconhecimento, os movimentos filosóficos dominantes e presentes no campo mais amplo da cultura, no sentido antropológico, influenciavam a forma de proceder do trabalho geográfico, isto é, os seus processos metodológicos e as suas construções teórico-conceituais. Têm-se aqui, assim, colocados dois grandes eixos de discussão, que se interagem dialeticamente. De um lado a formação do campo científico da Geografia, constituído pela *comunidade geográfica* em torno de seu objeto de estudo, a *geografia como materialidade*, e de outro, o significado, a extensão e a relação do realismo com o campo científico geográfico e seu objeto de estudo.

A ciência Geografia, composta pela comunidade geográfica, sempre teve como desafio o entendimento da dinâmica do mundo externo, da materialidade do mundo, do espaço material, do que está sendo aqui denominado de *geografia como materialidade*,

³ É interessante observar que a palavra positivismo é derivada do latim *positum*, no sentido de posto, o que está posto diante, situado, significando descritivamente o que se observa, ou experimenta.

seu objeto de estudo. Os discursos sobre esse objeto desenvolvidos dentro do campo científico da geografia, por sua vez, buscavam retratar essa externalidade, isto é, a condição de reprodução da cultura e da natureza. O predomínio de estudos informativos, em detrimento dos estudos sobre os mecanismos ou a natureza do conhecimento geográfico, pode ser parcialmente explicado pelas demandas de informações das autoridades de Estado, dos estrategistas, dos negociantes ou dos industriais. Em todas as demandas era imprescindível a atualidade dos dados e informações, característica que parece ter marcado a produção intelectual da Geografia e ao mesmo tempo ter sido alvo de críticas daqueles que buscavam uma explicação de caráter histórico e político. Assim, tanto a Geografia como ciência quanto a geografia como materialidade parece apresentar muito mais aproximações com o realismo do que se possa imaginar.

Embora a *geografia como materialidade* tenha sua dinâmica autônoma da ciência geográfica, esta produziu e produz diversos discursos sobre aquela e, em várias ocasiões, seus autores têm e tiveram oportunidades de elaborar e intervir diretamente nas geografias dos lugares, das cidades, das regiões, das nações etc., através das inúmeras assessorias prestadas às iniciativas públicas e privadas. Condição que indica o significado e a importância dos discursos elaborados pelo campo científico da Geografia.

Este trabalho passeia sobre algumas temáticas aqui levantadas. Não há nenhuma pretensão em dar conta de todas elas, mas apenas abordar a produção intelectual da Geografia buscando algumas conexões com o campo mais amplo, da qual ela faz parte, o campo da cultura, para ao final retornar à ciência Geografia, com um pouco mais de clareza de sua singularidade. Logo na primeira parte são colocadas breves considerações sobre concepções e alcances do termo realismo, assim como desenvolvido o sentido de realismo aqui empreendido, o realismo materialista. Em segundo lugar são apresentadas observações sobre o caráter da produção intelectual da Geografia, destacando principalmente seu comportamento descritivo e realista, como limite e como contribuição. Em seguida é explorada e detalhada a distinção entre Geografia como campo científico e geografia como materialidade, buscando uma delimitação mais precisa sobre a natureza dos discursos geográficos encontrados no campo científico da Geografia. A quarta parte é dedicada especialmente às características desses discursos, sua importância no passado e no presente para o debate intelectual. A última trata da geografia como materialidade recuperando a temática da dialética sócio-espacial em intelectuais marxistas. O objetivo aqui é reacender a

discussão sobre a epistemologia do espaço geográfico entre os geógrafos a partir do realismo materialista, colocando em debate algumas reflexões teóricas sobre *geografia como materialidade*. Serão também apresentadas breves considerações sobre três termos que foram acolhidos e desenvolvidos pela ciência geográfica para a investigação de seu objeto de estudo, a geografia como materialidade: espacialidade, geograficidade e lugar.

1 - Concepções de realismo e o sentido do realismo materialista

“Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia, - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.”
(Karl Marx)⁴

A palavra realismo (*real + ismo*) advém de real, que parece ter surgido no século XI do latim *regalis*. O sentido original do termo está associado à palavra rei e tudo aquilo que é digno do rei. Ao longo do tempo, entretanto, real passou a indicar coisas ou bens materiais, estendendo-se ao sentido de verdadeiro, o que existe de fato, o que é concreto, e algo próprio às preocupações ou atividades diárias e rotineiras⁵.

Em Filosofia, a palavra real aplica-se a tudo que é, tudo que existe, ou seja, tudo que tem uma substância, um sustento. Assim, a discussão filosófica acerca da qualidade ou característica do que é real, das coisas, passa sempre pela sustentabilidade própria delas. Se admitirmos que uma coisa não tem substancialidade própria é preciso então determinar de onde ela tira a sua subsistência. A Filosofia sempre esteve no âmbito desta discussão encerrando diversas controvérsias. A grande polêmica parece orbitar em torno de dois eixos historicamente opostos, o idealista e o materialista. Esses eixos de compreensão do real vão se reproduzir no debate filosófico sobre realismo, através de duas perspectivas distintas: o realismo das Idéias, dos universais ou do inteligível, que se opõe ao nominalismo ou conceitualismo, e o realismo do mundo sensível material, que se contrapõe às formas de idealismo ou imaterialismo. O primeiro parece ter em Platão suas bases e o segundo, provavelmente, tem em Aristóteles sua sustentação.

Em Platão o real era de substância ideal e apenas as idéias teriam alguma sustentabilidade. Essa concepção de realismo determina que a fonte da realidade é

⁴ Karl Marx, 1987, p.16.

⁵ Dicionário Houaiss da língua portuguesa, 2001.

intelectual e, de forma recíproca, que as ideais ou o conteúdo intelectual tem uma realidade própria, separada daquele que conhece. Diferente de Platão, Aristóteles considerava que a essência verdadeira das coisas naturais, dos seres humanos e das suas ações não está no mundo inteligível, separado do mundo sensível, onde as coisas físicas ou naturais existem e onde vivemos. As essências, segundo Aristóteles, estão nas próprias coisas, nos próprios homens, nas próprias ações e é tarefa da Filosofia conhecê-las ali mesmo onde existem e acontecem. Para conhecê-las é necessário partir da sensação até alcançar a inteligência. Assim, a essência de um ser ou uma ação é conhecida pelo pensamento, que capta as propriedades internas desse ser ou dessa ação, sem as quais ele ou ela não seria o que são. A Filosofia, nessa perspectiva, não precisa abandonar este mundo, mas, ao contrário, é o conhecimento da essência do que existe em nosso mundo. O realismo, então, segundo Aristóteles, coloca o material (sensível) em nível de realidade juntamente com a idéia (intelectual). O que, para alguns, torna o realismo aristotélico "mais real" e "menos idealista".

Não é propósito aqui apresentar o desdobramento do realismo na Filosofia, mas sim qualificá-lo no âmbito deste trabalho. Desse modo, a concepção de realismo aqui assumida tem sua matriz na perspectiva aristotélica e refere-se ao realismo materialista, historicamente oposto ao idealista. Refere-se a uma atitude frente ao problema do conhecimento caracterizada, em diversos níveis, pela afirmação da existência do ser independente do pensamento e pela busca dos relacionamentos possíveis que se estabelecem entre eles. No sentido propriamente filosófico o emprego da palavra real neste trabalho sustenta, assim, o realismo que afirma a existência de uma realidade independente do espírito humano, que este pode conhecer pelo menos em parte.

John Rogers Searle, professor de Filosofia da Linguagem e da Mente na Universidade da Califórnia, Berkeley, autor não marxista e crítico severo do anti-realismo e toda sorte de relativismo contemporâneo, apresenta uma sólida defesa deste realismo, por ele denominado realismo externo, que, pela clareza, força e pertinência de suas posições, cabe aqui recuperar alguns fragmentos de seu pensamento. Sua principal argumentação sustenta-se na afirmação da metafísica ocidental e na crítica às perspectivas pós-modernas ou idealistas, que empurram a produção intelectual para patamares anticientíficos. Assim, a base de seu posicionamento repousa na defesa do

realismo, que considera o princípio fundacional da metafísica ocidental, uma vez que afirma a idéia de que a realidade existe independente das representações humanas⁶.

Como o realismo é a condição essencial de racionalidade e inteligibilidade, Searle não consegue entender as razões que levaram o meio intelectual ao seu combate e a sua negação. As várias e recentes formas de rejeição ao realismo, segundo o autor, não apenas assemelham-se bastante ao idealismo, como também apontam um conjunto diversificado de discursos pós-modernos, que tem como unidade o questionamento dos pressupostos tradicionais sobre a natureza da verdade, objetividade, racionalidade, realidade e qualidade intelectual, pressupostos que sustentam a metafísica e a ciência ocidentais. Assim, em oposição aos idealistas e anti-racionalistas e em defesa do realismo externo, Searle afirma a incontestabilidade da existência de um mundo real totalmente independente das representações, pensamentos, sentimentos, opiniões, linguagens, discursos, textos, etc.. E quem quiser atacar essa perspectiva, o realismo, deve atacar a idéia da existência de uma realidade independente da mente, um mundo real cuja existência seja inteiramente independente do nosso pensamento e do nosso discurso⁷.

Para defender o realismo e criticar as formas anti-realistas e anti-racionalistas que emergem com força no campo científico, especialmente nas disciplinas de humanidades e das ciências sociais, Searle dialoga com filósofos contemporâneos da esquerda cultural pós-moderna, como Derrida e Nietzsche, argumentando contra a crítica autodestrutiva que desenvolvem à metafísica e à ciência ocidentais. Conforme o autor, a metafísica ocidental que sustenta a concepção ocidental de ciência, envolve uma compreensão de verdade, razão, realidade, racionalidade, lógica, conhecimento, justificação e demonstração, que está diretamente associada à idéia da realidade e as relações entre a realidade, por um lado, e o pensamento e a linguagem, por outro. Nessa perspectiva, a concepção ocidental mais simples de ciência tem como propósito alcançar um conjunto de frases verdadeiras, idealmente sob a forma de teorias precisas, que correspondam, pelo menos aproximadamente, a uma realidade que tem uma existência independente⁸.

⁶ “A idéia é que apesar de termos representações mentais e lingüísticas do mundo sob forma de crenças, experiências afirmações, teorias, etc, há um mundo ‘lá fora’, totalmente independente destas representações. Isto tem como consequência, por exemplo, que quando todos morreremos, o que irá efetivamente acontecer e que o mundo continuará o seu percurso em grande parte sem ser afetado pelo nosso desaparecimento.” John Searle, 1999).

⁷ John Searle, 2000.

⁸ John Searle, 1999.

Pode-se inferir, então, que uma das características da metafísica ocidental é o pressuposto de uma realidade com existência independente e o da linguagem, pelo menos ocasionalmente, correspondente a essa realidade. Historicamente, a sobrevivência do homem esteve vinculada ao seu êxito no enfrentamento do mundo real, e os modos pelos quais ele o enfrenta envolvem essencialmente sua representação pela linguagem. No campo científico, essa representação foi proporcionada pelas teorias. Conforme Searle, a introdução grega da idéia de uma teoria permitiu, assim, que a tradição ocidental produzisse algo único, as construções intelectuais sistemáticas que foram concebidas para descrever e explicar vastas áreas da realidade de um modo lógico e matematicamente acessível⁹.

Outra característica definidora da metafísica ocidental é sua qualidade autocrítica, segundo assinala Searle. Historicamente, seus elementos foram sempre colocados em causa. Entretanto, a idéia de uma crítica consistiu sempre em submeter qualquer crença aos mais rigorosos padrões de racionalidade, justificação e verdade. Sócrates é o herói do ramo intelectual da tradição metafísica ocidental, em grande parte, porque nada aceitava sem discussão. Recentemente, contudo, o elemento autocrítico da metafísica ocidental teve uma consequência peculiar. Se o objetivo das críticas é submeter todas as crenças, pretensões, preocupações e pressupostos ao exame rigoroso da lupa da racionalidade, lógica, justificação, etc., então, por que razão não dirigir essas críticas para a própria racionalidade, lógica ou justificação? Este é o ponto fundamental defendido pela esquerda cultural pós-modernista, que torna a metafísica ocidental autocrítica, mas igualmente autodestrutiva. E, nesse sentido, a esquerda cultural pós-modernista difere dos tradicionais movimentos de esquerda, como o marxismo, na medida em que não pretende ser científica. Na verdade se é alguma coisa, é anti-científica.¹⁰

Defendendo a metafísica ocidental e a atitude científica que ela sustenta, Searle institui, assim, o realismo externo como única base filosófica possível para descoberta de verdades, de teorias verdadeiras. Pois para o autor estas nunca são feitas, mas sim desveladas. Embora as afirmações e as teorias verdadeiras necessitem ser construídas e formuladas por seres humanos, não significa que inexista uma realidade independente à qual as afirmações e as teorias correspondam. Desse modo, há um sentido no qual a verdade é feita, afirmações verdadeiras são feitas. Mas há também um

⁹ John Searle, 1999.

¹⁰ John Searle, 1999.

sentido, consistente com este, no qual a verdade é descoberta. Especificamente, o que se descobre é aquilo que faz as frases serem verdadeiras ou falsas. Assim, as afirmações são verdades feitas, mas a verdade das afirmações não é feita, é descoberta¹¹.

Toda essa exposição tem como propósito não apenas qualificar a concepção de realismo aqui adotada, mas, sobretudo, sustentar o realismo materialista e a racionalidade como condições de conhecimento científico e como padrões de excelência acadêmica. Busca ainda associar o realismo que emerge no campo científico com as manifestações do campo da cultura, nas quais a objetividade, a racionalidade e a busca da verdade por correspondência constituíram atitudes características. Estas, conforme apontado anteriormente, expressaram-se preponderantemente em finais do século XIX também nas produções literárias, nas artes plásticas, na fotografia, na arquitetura e na geografia como materialidade, e estavam vinculadas ao processo de modernização da produção e dos lugares e da modernidade cultural. Tanto as novas necessidades sociais, quanto às novas configurações espaciais e suas estéticas, das quais as cidades, especialmente as grandes, foram uma de suas principais expressões, impulsionaram e foram impulsionadas pelo desenvolvimento científico, isto é, pelo realismo e pela racionalidade.

A maior parte dos estudos e trabalhos produzidos sob o domínio da Geografia, da mesma forma que nos outros campos científicos consolidados em finais do século XIX, estava impactada e orientada pelas perspectivas realistas materialistas como padrão de racionalidade. Tais trabalhos tinham como propósito central a inventariação e retratação do mundo externo, da dimensão material da sociedade, ou seja, da *geografia como materialidade* e das suas diversificadas *espacialidades* ou *geograficidades*. Descrições de lugares, paisagens ou cenários geográficos, limites e atributos dos territórios nacionais e coloniais, regiões naturais e humanizadas, cidades, campo, atividades produtivas e características e mobilidades das populações, constituíram exemplos dos estudos desenvolvidos dentro do campo científico da Geografia. Estes estudos eram realizados por razões diversas vinculadas especialmente aos interesses e ao planejamento estatais, para modernização e ocupação dos territórios. O realismo materialista e a racionalidade, assim, constituíam demandas e necessidades sociais e científicas impreteríveis.

¹¹ John Searle, 1999.

A Geografia como campo científico se consolidará justamente por oferecer a possibilidade de realização de estudos objetivos com capacidade reguladora. Seu objeto de estudo, o *espaço geográfico* ou a *geografia como materialidade* e suas *espacialidades* ou *geograficidades*, completava essa tarefa, uma vez que constitui a parte fundacional do mundo externo, a sua dimensão material. Nesse sentido, é impossível pensar a realização do ser e do mundo sem considerar a geografia como materialidade, pois ela é a própria condição de realização do real. Sem ela o cotidiano torna-se impossível, sem ela tudo é abstração. A geografia não apenas participa ativamente da efetivação da vida cotidiana como constitui sua própria condição de existência. Esses temas serão abordados e desenvolvidos a seguir e estão alinhavados a partir de duas grandes entradas, a produção intelectual da ciência Geografia e a epistemologia da *geografia como materialidade*.

2 – Observações sobre o caráter da produção intelectual da Geografia

Há vários anos autores do campo científico da Geografia têm tocado na distinção entre Geografia, como ciência, e geografia como materialidade. Esses dois blocos de estudos aparecem com diversas roupagens e nomenclaturas. Ora são debatidas questões relativas ao objeto e a natureza da ciência *Geografia*, temáticas que no plano internacional remontam, principalmente, aos finais do século XIX, período no qual os campos científicos se formulavam no mundo europeu, então centro da modernidade e do debate intelectual ocidental. Ora são descritos e discutidos, empírica e teoricamente, os arranjos e formulações espaciais e seus papéis e participações na dinâmica da sociedade.

Tais blocos podem ser identificados nas obras de geógrafos que exerceram e, provavelmente pela qualidade de seus trabalhos, continuarão a exercer, influência, não apenas no campo científico geográfico, como também nas ciências sociais como um todo. Nomes como Friederich Ratzel, Siegfried Passarge, Paul Vidal de la Blache, Camille Callaux, Jean Brunhes, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Maurice Le Lannou, Richard Hartshorne, Carl Sauer, Paul Claval, Horácio Capel, Milton Santos, Pedro Geiger, David Harvey, Edward Soja, Robert Sack, dentre muitos outros, direta ou indiretamente, apresentaram contribuições tanto no campo epistemológico da ciência geográfica e da natureza do espaço geográfico quanto sobre a geografia de diversas partes do mundo. Assim, essas vertentes de trabalho não são desconhecidas. Contudo, a

delimitação e a relação entre Geografia como ciência e geografia como materialidade têm sido muito pouco elucidada. Predomina, então, uma certa opacidade sobre o caráter e a natureza dos estudos e discursos geográficos.

Na realidade os discursos geográficos, aqui considerados apenas como produtos dos estudos elaborados dentro do campo científico da ciência geográfica pela sua comunidade científica, podem ser organizados em dois grandes eixos: de um lado estão aqueles que se referem à geografia como materialidade, o que inclui tanto as características de sua constituição e participação na movimentação da cultura, como também suas respectivas questões de caráter teórico-metodológico, e de outro, aqueles que se referem às temáticas desenvolvidas na interface com a Filosofia e a História da Ciência, ou seja, os discursos de natureza epistemológica do desenvolvimento da ciência geográfica. Entretanto, não é de se estranhar que predomine na produção intelectual dos geógrafos estudos sobre as “geografias materiais”, uma vez que estas constituem a essência de seu objeto de investigação e ao mesmo tempo grande preocupação de diferenciados profissionais.

De um modo geral, os estudos da geografia como materialidade têm sido desenvolvidos por vários ramos científicos, a partir de descrições de inúmeras formas espaciais, sejam produzidas pelas relações de trabalho, ou sejam originárias da dinâmica da natureza, ou mesmo de sua interseção. No campo científico geográfico, especificamente, esses estudos são muito diversificados, característica que pode ser sentida quando são observadas as diferentes áreas de especialização que essa ciência apresenta: Geografia Econômica, Geografia da População, Geografia das Redes e Fluxos, Geografia Urbana, Geografia Regional, Geografia Política, Geomorfologia, etc. Sem contar com as variadas abordagens realizadas sobre os espaços materiais, como, por exemplo, as leituras subjetivas desenvolvidas pelas correntes de forte cunho idealista, como a chamada Geografia Humanística, ou as discussões teóricas a respeito da natureza, formação e lógica dos espaços geográficos.

Na atualidade, entretanto, muito pouco tem sido debatido a respeito da lógica que preside a formação material dos lugares, ou seja, a respeito das questões de caráter teórico-metodológico diretamente relacionadas aos estudos da geografia como materialidade. Essas questões aparecem como temáticas ultrapassadas, datadas dos anos 60 e 70, quando fora introduzido na Geografia o caráter social do espaço pelas

interpretações marxistas do período¹². Assim, as questões epistemológicas relativas à geografia como materialidade parecem ter sido incorporadas ao senso comum do debate geográfico, como algo já conhecido e esgotado em sua discussão e valor. Ao mesmo tempo a marginalidade desse debate na Geografia hoje, surge como resultado de um certo declínio das análises marxistas e materialistas do espaço e da eclosão de interpretações pós-modernistas, ou seja, culturais subjetivistas e apolíticas nas ciências sociais de um modo geral¹³.

Todavia, em função da relevância e participação cada vez maior da geografia como materialidade na constituição da sociedade contemporânea, isto é, da crescente incorporação das formas materiais e dos seus sistemas de relações e objetos na dinâmica econômica e política da sociedade moderna, realidade que acabou posicionando a geografia no mesmo nível e alcance da mercadoria, do dinheiro e do capital, é de se estranhar que a discussão teórica sobre a formação material dos lugares tenha se tornado ultrapassada e é também surpreendente a pouca atenção dos geógrafos atuais ao assunto¹⁴.

Embora tenha havido uma ampliação do leque de temáticas e estudos desenvolvidos pela ciência geográfica, parece que continua dominando a tendência descritiva¹⁵. São descritas com muita propriedade, por exemplo, as formas das cidades,

¹² A importância e o papel do espaço na dinâmica social foram assinalados, desde finais dos anos 60, pelo filósofo marxista Henri Lefebvre, que se tornou uma das maiores referências no debate da dialética sócio-espacial e da sua introdução na ciência geográfica. Sua produção sobre a temática sócio-espacial é bastante relevante na década de 70, como pode ser observado nos livros que publica no período, listados nas referências bibliográficas, ao final deste artigo.

¹³ Cabe, no entanto, assinalar que grandes intelectuais no campo da Geografia continuaram refletindo sobre a questão da dialética sócio-espacial, dentre eles David Harvey (2004, 2005, 2005a), Edward Soja, (1993, 1997, 2000), Richard Peet (1991 e 2004), Milton Santos (1994, 1996).

¹⁴ Vale enfatizar que a geografia nesse contexto se refere à geografia como materialidade e não a Geografia, como ciência. Assim, a geografia tem sido uma realidade cada vez mais importante na acumulação capitalista. Os intelectuais vinculados ao campo da ciência geográfica, em função do conhecimento produzido e reunido por essa ciência, desde sua institucionalização, ou seja, ao longo de cerca de 130 anos, sobre o espaço material, deveriam assumir, então, a vanguarda dos debates contemporâneos sobre a geografia como materialidade.

¹⁵ Pierre Bourdieu, no livro *O poder Simbólico*, 1989, p.108-110, ao discutir a idéia de região, apresenta a disputa entre os cientistas sociais pelo monopólio da sua definição. A partir de uma passagem de Maurice Le Lannou, em *La Géographie Humaine*, 1949, Bourdieu chama atenção para a tendência da Geografia em se caracterizar pela prática descritiva. Embora a passagem de Le Lannou se refira à Geografia da primeira metade do século XX, de forte cunho descritivo, vale a pena recuperar aqui suas considerações uma vez que apontam a posição dominante da comunidade geográfica no período com relação às práticas metodológicas, práticas estas que têm acompanhado ao longo dos anos, de diversas maneiras, a produção dessa ciência. “Admito que deixemos ao cuidado do sociólogo e do economista a descoberta das regras gerais – se as há – a partir do comportamento das sociedades humanas e do mecanismo das produções e das trocas. A nós, pertence-nos o concreto presente e diversificado que é a manta de retalhos multicolor das economias regionais (...). Os inquiridos regionais dos geógrafos apresentam-se freqüentemente como estudos extremamente minuciosos, extremamente aprofundados de um espaço determinado. Em geral,

as sensações causadas pela estética das formas urbanas, os impactos das rodovias no uso do solo, os impactos do desenvolvimento econômico sobre a localização das atividades e do deslocamento populacional, as características dos objetos técnicos e suas atuações na dinâmica cultural e econômica, as relações entre cidades, as táticas e estratégias de controle do território, as formas espaciais promovidas pelo processo da urbanização do campo, as imagens das cidades através do cinema e da literatura, etc. Esses estudos são acompanhados por muitos dados estatísticos, pesquisas de campo, levantamentos bibliográficos e documentais, modernas técnicas de mapeamento, etc. É interessante notar também que muito pouco tem sido colocado sobre a participação da geografia como materialidade na organização social, possivelmente essa discussão tem sido evitada em virtude do impacto da herança determinista que marcou a produção intelectual da Geografia durante boa parte do século XX. Embora já comecem a surgir alguns trabalhos nessa direção.

Tem sido comum, pelo menos na Geografia brasileira, principalmente entre as monografias de conclusão de curso e as dissertações de mestrado, a realização de trabalhos de “aplicação” de conceitos geográficos à realidade empírica (como se conceitos fossem construídos com essa finalidade), como os de território, territorialidade, paisagem, lugar, região, etc.. No entanto, não são debatidas as questões de natureza teórico-metodológico que envolvem a construção desses conceitos. Grande parte desses estudos é elaborada mecanicamente, seguindo um organizado formato metodológico, muito bem aceito academicamente, mas dicotômico. De um lado, recuperam-se as bases e a história dos conceitos. De outro, apresentam-se descrições das formas espaciais e dos eventos no espaço. Pouco diálogo é estabelecido entre ambas as partes, colocando em cheque o avanço no entendimento da dinâmica do real pela Geografia, essencialmente em virtude do descolamento do plano teórico do mundo objetivo observado.

Dialeticamente, entretanto, parece que a contribuição da Geografia frente às outras ciências reside justamente nesta prática descritiva e dicotômica. A quantidade de trabalhos produzidos pela ciência geográfica permite um diagnóstico dos panoramas da

estes trabalhos têm o aspecto de monografias descritivas de pequenas regiões; a sua multiplicidade, abundância dos pormenores impedem que se compreendam os grandes fenômenos que levam ao progresso ou ao declínio das regiões consideradas. Dá-se igualmente demasiada importância aos fenômenos físicos, como se o Estado não interviesse, como se os movimentos de capitais ou as decisões dos grupos não produzissem efeitos. O geógrafo prende-se talvez demasiado ao que se vê, enquanto o economista se deve prender ao que se não vê. O geógrafo limita-se freqüentemente à análise do conteúdo do espaço; ele olha muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da região”. (Le Lannou, 1949)

realidade material contemporânea, ou mesmo de períodos mais longínquos, em diferentes escalas e abordagens. Esses panoramas da materialidade do mundo acabam servindo de base para consultas e atuações de profissionais de diversas áreas, ávidos por orientações e reflexões a cerca da geografia como materialidade, a cerca da realidade do mundo externo. O mesmo pode ser dito com relação à parte conceitual desses estudos, onde podem ser encontradas excelentes revisões e sínteses de conceitos e proposições de diferentes autores.

3 - Geografia e geografia como materialidade: delimitando seus universos

Em 1978, no famoso Congresso da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Fortaleza, evento que acabou marcando definitivamente a entrada da teoria social crítica na Geografia brasileira possibilitada pelos anos de “abertura” do então regime militar, Milton Santos lançava a obra *Por uma Geografia Nova*. De alguma maneira, aqui já era apresentada e enfatizada a distinção entre a Geografia, como ciência, e a geografia como materialidade, ou seja, o espaço geográfico, como objeto de estudo da Geografia. Tal preocupação pode ser encontrada, de forma variada, em praticamente toda a sua ampla produção intelectual. A abordagem epistemológica sobre a Geografia e a discussão teórica sobre a geografia como materialidade são marcos dos trabalhos do autor. Em todos, é evidente sua dedicação ao debate teórico sobre o espaço geográfico e o esforço em afirmar sua condição social. Temáticas envolvendo a dialética sócio-espacial constituem, de fato, o centro de suas reflexões¹⁶.

Posteriormente em *A Natureza do Espaço*, livro publicado pela primeira vez em 1996, Milton Santos apresenta uma introdução na qual salienta, mais uma vez, o espaço material como objeto de estudo da Geografia e procura clarificar a distinção entre a ciência geográfica e seu objeto de estudo. Aqui sua construção conceitual de meio-técnico-científico informacional, que já aparecia em elaboração em outras obras, é concluída¹⁷. Na realidade essa conceituação refere-se à geografia como materialidade, sua dinâmica, composição e lógica interna. Trata-se de um esforço de elaboração do

¹⁶ Não cabe aqui listar a enorme produção de Milton Santos, mas valem lembrar algumas em que a discussão sobre a dialética sócio-espacial passou a ser divulgada ao público brasileiro, como: *Economia Espacial*; *Espaço Dividido*; *Espaço e Sociedade*, todos lançados nos anos 70.

¹⁷ Em *Metamorfose do espaço habitado*, primeira edição publicada em 1988, Milton Santos já delineava o conceito de meio-técnico-científico, presente de certa maneira em produções anteriores. Entretanto em *Técnica, Espaço, Tempo*, publicada em 1994, aparece sua forma mais desenvolvida e aqui o autor introduz o termo informacional, meio técnico-científico informacional.

autor na direção da dialética sócio-espacial, e vale salientar que tem sido de extremo valor e riqueza para a ciência geográfica. Não obstante sua dedicação à discussão filosófica e histórica da ciência geográfica, Milton Santos sempre defendeu a idéia de que a Geografia deveria se ocupar apenas do espaço como materialidade e suas implicações teóricas. Deixava de fora de seu objeto de estudo questões relativas à Filosofia e História da Ciência, embora ele mesmo tenha sido um autor que muito produziu e contribuiu nessa direção.

Porém é Antônio Carlos Robert Moraes em *Território e História do Brasil*, livro lançado em 2002, que a discussão sobre a distinção entre Geografia e geografia como materialidade aparece objetivamente. No entanto, sua preocupação está centrada na diferenciação da geografia como materialidade e da geografia como representação em geral, pois seu propósito é entender o Brasil a partir das determinações geográficas de sua formação, consideradas por ele como dimensões de importância fundamental para a realidade brasileira¹⁸. Da mesma maneira, seu propósito é apontar como as idéias à cerca do espaço como materialidade, que sempre existiram nas sociedades e que não são exclusivas aos geógrafos, impactaram sobre a construção e manutenção do Estado nacional brasileiro. Assim, a geografia como materialidade, para o autor, corresponde à realidade factó-material de disposição e organização dos objetos e seres na superfície do planeta e a geografia como representação corresponde aos discursos elaborados pelas sociedades acerca dessa realidade.

Robert Moraes considera que os discursos geográficos são todos aqueles produzidos sobre o espaço material, pois seu recorte de análise não se limita ao estudo da produção dos geógrafos, ou daqueles que estão sob a influência do campo científico e disciplinar da Geografia. Preocupa-se, de fato, com todos os discursos apresentados sobre espaço material, que na realidade emanam de diversas fontes e grupos sociais. Os discursos geográficos são entendidos pelo autor como relatos do espaço material, da “geografia material”, elaborados por diferentes campos sociais e variando no espaço, no tempo e nas culturas.

Tais discursos, por ele classificados, podem ser sintetizados em três grandes grupos: 1) *Discursos da geografia oral*, uma geografia espontânea, do cotidiano, do conhecimento do senso comum, das idéias e representações do espaço vivido e das

¹⁸ Marcelo Escolar em *Crítica do discurso geográfico*, 1996, também chamava atenção para a necessidade da diferenciação entre geografia como materialidade e discursos sobre essa materialidade. Enquanto os historiadores diferenciam história e historiografia, os geógrafos usam o mesmo termo para denominar o objeto de análise e o discurso acerca desse objeto, nomeando ambos como Geografia.

informações geográficas dos indivíduos comuns - presente desde antes da escrita; 2) *Discursos da geografia em registros* (textos e mapas), discursos do saber culto, sobre o espaço material, a geografia material. Suas formas de apresentação variam em épocas e culturas, como relatos, narrativas, fábulas, preceitos, cosmogonias, mitologia, filosofia e ciência (esta última associada à emergência da economia-mundo capitalista, época moderna, pautada na concepção laica de razão); 3) *Discursos políticos e ideológicos sobre a geografia*, uma classe restrita de discursos, contida no conjunto anterior, *geografia em registro*, a das representações com direcionamento político explícito, seja orientado para espaço material, seja referido as próprias formas de consciência sobre o tema.¹⁹

A caracterização desses tipos discursivos apresentada por Robert Moraes é neste artigo fundamental, pois ajuda a identificar e a diferenciar os discursos desenvolvidos pela ciência geográfica daqueles que se referem ao público maior, culto ou não. Ajuda, portanto, a delimitação do objeto de preocupação deste trabalho, que se restringe aos discursos produzidos pelo campo científico da Geografia. Todavia os discursos produzidos pelos atores do campo científico da Geografia não se referem apenas à geografia como materialidade.

É certo que a Geografia como ciência se diferencia da geografia como materialidade. A primeira se refere à dinâmica de um campo científico e a segunda a dinâmica de um objeto material. Contudo, tanto uma como outra, são realidades estudadas por intelectuais vinculados, de alguma maneira, ao campo da ciência geográfica, portanto, constituem os objetos de estudo e os discursos desses profissionais. Assim, partindo de uma abordagem materialista, partindo do que de fato foi e é produzido pela ciência geográfica, é possível identificar duas grandes ramificações nos seus discursos, conforme já indicado anteriormente: aquela que circunscreve o plano epistemológico da Geografia, ou seja, o plano filosófico e histórico dessa ciência, e aquela que se delimita pelo plano da realidade material, concreta, a geografia como materialidade.

Embora a lógica e o objeto de reflexão de cada ramificação sejam diferenciados, o que é produzido pela Geografia são discursos sobre ambas realidades, geografia como materialidade e história e filosofia da Geografia. De fato, os “geógrafos” não produzem a geografia como materialidade, mas podem decidir sobre

¹⁹ Antônio Carlos Robert Moraes, 2002, p.11-44, e 1988.

ela. A geografia como materialidade é produzida pela dinâmica da natureza e pelos engenheiros, arquitetos, artistas plásticos, operários e pelas ações cotidianas do homem comum. Entretanto os geógrafos participam diretamente dos debates e decisões importantes a cerca dos planejamentos territoriais, em diferentes escalas, que interferem drasticamente no espaço material. Vide, por exemplo, o caso de Brasília. A decisão da localização da nova capital brasileira, em 1960, no Planalto Central foi fruto de estudos e discussões realizadas pelos geógrafos vinculados ao IBGE desde os finais dos anos de 1940 e impactaram diretamente sobre o arranjo espacial brasileiro. A interiorização do país, a construção de eixos rodoviários e de comunicação em geral, o desenvolvimento de cidades, a transformação do uso da terra, são alguns exemplos do impacto dessa decisão²⁰. Essa observação é importante uma vez que, como já indicava Robert Moraes (2002 e 1988), existe um conjunto de discursos políticos e ideológicos sobre a geografia com direcionamento político explícito orientado para espaço material. E grande parte desse discurso é elaborada pela comunidade científica da Geografia. Na realidade os atores do campo científico da Geografia apresentam, discutem e interferem na geografia como materialidade, que por sua vez é composta e possui uma dinâmica muito diversa da Geografia como ciência, também objeto de estudo dos geógrafos.

Nesse sentido, conforme já bastante sinalizado anteriormente, este artigo passeia apenas sobre a produção intelectual desenvolvida pela ciência geográfica, isto é, sobre o conjunto de discursos em textos ou mapas relativos à realidade material do mundo e sua discussão teórica, *geografia como materialidade*, e sobre a filosofia e história da Geografia, *Geografia como ciência*, elaborados pelos geógrafos de formação, especialmente, ou pelos diversos atores que compõem sua comunidade científica. O conhecimento produzido por esse campo científico é orientado através de normas e políticas estabelecidas temporalmente por grupos sociais que se interagem através de instituições e consolidam um dado campo científico, no sentido desenvolvido

²⁰A Comissão de Estudos sobre a localização da Nova Capital do Brasil organizou em 1947 duas expedições geográficas no Planalto Central. A primeira, sob supervisão do Prof. Francis Ruellan, realizou estudos detalhados nas oito zonas previamente escolhidas pela comissão, cuja finalidade era de indicar lugares adequados para a nova capital. A segunda, sob a direção do prof. Fábio de Macedo Soares e sob a orientação científica do prof. Leo Waibel, fez um estudo geral do Planalto Central, tendo em vista o problema da posição da Capital e os tipos de lugares convenientes. Este relatório preliminar trata somente dos trabalhos da segunda expedição. O estudo geográfico compreendeu aspectos importantes referentes ao relevo, estrutura geológica, clima, drenagem, vegetação, solos, ocupação humana, tipos de economia e uso de solos, as vias de transporte e comunicações, etc. (Fábio Macedo Soares, 1949; Leo WAIBEL, 1961)

por Pierre Bourdieu²¹. Sentido que, a par de suas diferenças, desde finais dos anos 70 e início dos 80, se evidenciava em trabalhos de vários autores como Horácio Capel, quando estuda a institucionalização da comunidade científica dos geógrafos no mundo europeu, ou Pasquale Petrone, Nilo Bernardes e Carlos Augusto Monteiro, quando se dedicam à reflexão da Geografia no Brasil²².

4 - Características dos discursos desenvolvidos pela comunidade geográfica

A Geografia como ciência, tem sido estudada pelos geógrafos a partir principalmente da perspectiva histórica. As perspectivas filosófica e epistemológica, embora com menor expressão, também são notadas. A geografia como materialidade, discurso dominante, aparece entre os geógrafos de diversas maneiras desde os primórdios da institucionalização da Geografia, nas últimas três décadas do século XIX.

Inicialmente, de um modo geral, o discurso sobre a geografia como materialidade esteve muito vinculado às leituras naturalistas do espaço material, as quais privilegiavam os estudos das relações causais entre o meio natural e o homem. Questões de caráter teórico sobre a natureza do espaço geográfico não eram privilegiadas, ou eram tratadas de maneira diferente. Estas apareciam através das inúmeras idéias e variações sobre meio e atuação humana, em geral com intenção de afirmar a necessidade de um campo científico específico para o tratamento dessas temáticas, ou mesmo para consolidar a Geografia Humana como área de estudo da Geografia. Apareciam igualmente através da perspectiva metodológica, como pode ser

²¹ Bourdieu define campo científico como uma das representações do campo social, compreendido como o local onde é travada a concorrência entre atores em torno de interesses específicos. Os atores, por sua vez, são portadores de um conjunto de costumes denominados *habitus*. O *habitus* é constituído por um aprendizado passado, como por exemplo o *habitus* adquirido na família e o *habitus* adquirido na escola, e está no princípio da formação de todas as experiências ulteriores. As práticas sociais dos atores, que provêm da relação de *habitus* socioculturais diferenciados em determinadas condições sociais, definem assim um campo social, como por exemplo o campo da ciência. Este se evidencia pelo embate da autoridade científica. Como qualquer campo social, o campo científico é um espaço onde se manifestam relações de poder, que são reguladas a partir de dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social, e, em contrapartida, os que se situam no pólo dominado se definem pela ausência ou pela raridade do capital social. No caso da ciência, o capital se refere à autoridade científica, a luta que se trava entre os agentes é uma disputa em torno da legitimidade da ciência. (BOURDIEU, P. 1994, p.122-155 BOURDIEU, 1989, p.59-73).

²² CAPEL, H. 1977 e 1981; BERNARDES, N., 1982; PETRONE, P., 1979; MONTEIRO, C.A.F., 1980. Atualmente a produção intelectual da Geografia brasileira tem sido analisada por uma nova geração de geógrafos. Eu mesma tenho feito um esforço nessa direção, como pode ser verificado na minha tese de doutoramento, defendida em dezembro de 2002, na Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor André Roberto Martim, intitulada *A Geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia brasileira*.

verificado pelos trabalhos publicados contendo roteiros e orientações para realização dos trabalhos de campo, atividade defendida como crucial para a formação do profissional em Geografia e para a realização da pesquisa geográfica.

De toda forma, a preocupação principal parece estar na descrição e análise do ambiente físico, entendido em grande parte como natural, e sua relação com as formas e as características dos agrupamentos humanos. O acervo de informações produzido por esses estudos teve uma grande importância no plano geopolítico e na consolidação da unidade da ciência geográfica, principalmente até a primeira metade do século XX. Alguns nomes podem ser mencionados em virtude de suas contribuições, como Friederich Ratzel, Siegfried Passarge, Paul Vidal de La Blache, Richard Hartshorne, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Camille Vallaux, Carl Sauer, dentre outros²³. Não obstante a perspectiva naturalista mais acentuada em alguns autores, essa geração de geógrafos, principalmente os franceses, deixou um legado de extremo valor para as gerações posteriores que foi absorvido e divulgado tanto no mundo latino quanto no anglo-saxão.

Nessa divulgação o grupo dos *Annales* parece ter desempenhado papel significativo, especialmente Fernand Braudel, que conforme destaca Eric Hobsbawm exerceu grande influência na historiografia inglesa²⁴. Com a captação das preocupações geográficas pelo grupo dos *Annales*, inicialmente pela figura de Lucien Febvre e, posteriormente, por Fernand Braudel, o estudo da geografia como materialidade recebe grande atenção nos debates intelectuais. Assim, a atuação dos historiadores no meio intelectual foi crucial para a valorização da dimensão espacial no estudo da dinâmica social.

Febvre foi um dos primeiros a divulgar a importância da geografia como materialidade e trazê-la para compor o campo científico da História quando publica, em 1922, *A terra e a evolução humana*. Nessa obra acaba se posicionando ao lado dos geógrafos franceses em oposição aos sociólogos, justamente com a intenção de trazer o discurso geográfico para História e afastá-lo da Sociologia. De um lado estava o sociólogo François Simiand (grande influência do pensamento durkheimiano) e de outro os geógrafos do grupo de Vidal de La Blache, como Albert Demangeon, Camille

²³ As obras *Princípios de Geografia Humana*, de Paul Vidal de La Blache, publicada em 1921, *Les Sciences Géographiques*, de Camille Vallaux, publicada em 1929, *Geografia Humana do Brasil e Problemas de Géographie Humaine*, ambas de Pierre Deffontaines, publicadas em 1939, são excelentes exemplos dos trabalhos geográficos desenvolvidos pelo campo científico da Geografia no período.

²⁴ Eric Hobsbawm, 1998, p.193-200.

Vallaux, Jules Sion entre outros²⁵. Nesse mesmo trabalho, embora critique o determinismo das condições naturais muito evidente em Ratzel e se coloque a favor da abordagem desenvolvida pela Geografia Francesa, Febvre assimila ainda a Geografia política ratzeliana. É também nessa obra que o debate entre Determinismo e Possibilismo surge e toma expressão.

Essa manobra de apropriação da herança vidalina sob a égide da *Nova História* foi muito bem sucedida e acabou promovendo conflitos entre geógrafos e historiadores. Camille Vallaux, por exemplo, acusava Febvre de querer destruir a Geografia Humana e Demangeon, apesar de futuro colaborador dos *Annales*, denunciava por parte de Lucien Febvre um abuso de espírito crítico. Em função da incorporação do discurso geográfico pela História houve, assim, uma certa dispersão do dinamismo da ciência geográfica, que acabou perdendo, na época, tanto reflexão epistemológica específica quanto a possibilidade de nascer institucionalmente como social ou política nova. É interessante observar também que em 1918 morria La Blache, grande intelectual e articulador do campo científico da Geografia, o que veio, igualmente, colaborar para a dispersão do dinamismo dessa ciência. De toda maneira, a Geografia parece que acabou deixando a cargo da História o cuidado de explicar e avaliar a importância do meio em relação à sociedade. Febvre reconhece, em 1953, a importância de La Blache para os *Annales* quando afirma a centralidade da Geografia vidalina na sua história. Entretanto esses elogios acabavam dissimulando a subordinação da Geografia à História²⁶.

Da mesma forma que Lucien Febvre, Fernand Braudel como herdeiro da primeira geração dos *Annales*, pode ser lido inteiramente no interior da herança vidalina. Sua contribuição para o debate sobre a importância e participação do espaço material na dinâmica social é inquestionável, uma vez que reconhece as materialidades como condicionantes essenciais da história da humanidade. A abordagem que apresenta está muito próxima, de certa forma, daquelas desenvolvidas pelos mestres franceses da

²⁵ La Blache exerceu grande influência na formação de Lucien Febvre. Em 1897 foi seu professor na Escola Normal Superior, que, embora fosse uma pequena escola separada da Universidade de Paris, era altamente qualificada intelectualmente. Como um geógrafo interessado em colaborar com historiadores e sociólogos, La Blache, em 1891, funda uma nova revista, os *Annales de Géographie*, que, entre outras propostas, visava incentivar a aproximação desses diferentes profissionais. Mais tarde, em 1929, Lucien Febvre idealiza uma revista internacional dedicada à história econômica, chamada originalmente de *Annales d'histoire économiques et sociale*, que tinha como modelo os *Annales de Géographie* de Vidal de la Blache. O comitê editorial da primeira edição dos *Annales d'histoire économiques et sociale* incluiu não somente historiadores, antigos e modernos, mas também um geógrafo, um sociólogo, um economista e um cientista político. Desses dois últimos, haviam sido discípulos de La Blache o economista André Siegfried e o geógrafo Albert Demangeon. (BURKE, Peter, 1997, p. 23-37).

²⁶ François Dosse, 2004.

primeira metade do século XX. Embora, alguns autores identifiquem perspectivas deterministas em passagens de suas duas grandes obras, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, publicada em 1946 e *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, publicada em 1979, Braudel desenvolve uma proposta renovadora sobre a relação entre geografia e processo civilizatório. É interessante notar que a geografia como materialidade na produção intelectual de Braudel aparece não apenas como parte do meio natural que exerce atuação sobre a sociedade, como montanhas, planícies, litorais, ilhas, climas, etc., mas também como parte da própria história da humanidade, conforme pode ser conferido em inúmeras passagens da *Civilização material*, quando debate o sistema-mundo e a importância das cidades na implementação do mundo moderno capitalista²⁷. Ou mesmo quando atribui peso à distância, às fronteiras político-territoriais ou aos problemas de comunicação como elementos importantes para o entendimento da queda de Felipe II e do Império Espanhol, no século XVI, em *O Mediterrâneo*.²⁸

Essas referências fora do campo da ciência geográfica servem para ilustrar a expressão do estudo da geografia como materialidade no debate intelectual, principalmente em função do reconhecimento da importância de sua participação no processo social, e situar a Geografia e seus discursos nesse debate. Assim, até as primeiras cinco décadas do século XX, conforme apontado acima, os estudos da geografia como materialidade, desenvolvidos pela Geografia institucionalizada, estiveram muito associados à ciência dos meios naturais, das paisagens, e aos condicionamentos do meio natural sobre as diversas civilizações. Perspectivas desenvolvidas não apenas pela Geografia vidalina, de grande influência na Geografia do mundo latino, e pela Geohistória braudelina, devedora daquela, mas também pela Geografia do mundo anglo-saxão, especialmente as Geografias alemã, inglesa e americana.

É interessante notar que esse primeiro grande período da Geografia se estendeu por oitenta anos, entre 1870 e 1950, aproximadamente. Conforme a

²⁷ Braudel nessa obra apóia-se nas idéias de sistema-mundo desenvolvidas por Immanuel Wallerstein (marxista, formado em sociologia, fez pesquisas na África; articulou economia e história e desenvolve a idéia de economia mundial, que em parte também é devedora de Braudel), que apresenta o desenvolvimento do ocidente e o subdesenvolvimento do resto do mundo como partes opostas da mesma moeda.

²⁸ O meio ou o espaço, termos equivalentes para Braudel e La Blache, torna-se a chave da escrita de Braudel, fundamento do devir das civilizações, a ponto de utilizar o espaço como fator explicativo dos diversos aspectos das civilizações.

historiografia da Geografia dominante, guardando as devidas diferenças entre atores, estudos e países, durante esse intervalo de tempo os discursos do campo geográfico estiveram orientados pela então filosofia positivista, manifestação já indicada anteriormente das perspectivas realistas. Para diferenciar esse período de outros, principalmente daquele que ficou conhecido como neopositivista, entre os anos de 1950 e 1970, tornou-se comum à denominação positivismo clássico para indicar a forma de agir dominante do primeiro período e, por conseguinte, Geografia clássica, como rótulo para os estudos desenvolvidos sob impacto dessa vertente filosófica.

Assim, os estudos da geografia como materialidade desenvolvidos pela Geografia passaram, em um segundo momento, a estar associados à idéia de um novo positivismo e aos campos científicos da Matemática, da Geometria e da Economia. Esse novo movimento tem seu início na década de 1950, conforme indicado, e foi fruto do segundo período da Filosofia moderna, de origem e expressão no mundo anglo-saxão, especialmente no mundo americano, denominado de neo-positivista e muito vinculado ao que se caracterizou no período de neo-realismo nas artes plásticas e no cinema.²⁹ Enquanto o velho positivismo cuidava das relações constantes entre os fatos da natureza, como se fossem imutáveis, o neo-positivismo concentrava-se no valor exato dessas relações pela matemática. Nesse sentido, fora do mundo europeu, o positivismo recebeu larga acolhida, sobretudo nos meios que cultivam a matemática, como por exemplo, entre os militares. Nos Estados Unidos, o neo-positivismo ainda se desenvolveu na forma de um grande pragmatismo, um fenômeno tipicamente americano que acabou exercendo grande influência no Brasil.

Posteriormente, já nos anos 60, começavam a pipocar no mundo europeu e americano correntes de fortes associações com a política revolucionária do período, sustentadas principalmente pelas diversas interpretações marxistas. Apesar dessa diversificação, as correntes marxistas veiculavam uma crítica contundente contra a estética e o pensamento romântico reacionário, que defendia um passado exaltado e um presente desabonado. Essa imagem conservadora da história sustentada pelos românticos foi rebatida pelos marxistas também através da valorizavam de escritores e obras realistas. Nesse sentido a posição de Georg Lukács (1885-1971), filósofo

²⁹ A Documenta 1, maior exposição de arte contemporânea realizada em 1955, na Alemanha, foi um marco da expressão do neo-realismo nas artes plásticas. No cinema surge nos anos de 1940, principalmente na Itália, de certo modo oposto às fantasias fascistas, que sempre giravam ao redor do homem heróico. O neo-realismo, assim, buscava expor as mazelas sociais e mobilizar a sociedade para uma reforma radical. Valorizava histórias comuns e os anti-heróis por excelência.

húngaro, parece exemplar, ao repelir Kafka em favor de Thomas Mann, convocando seus leitores a se definirem entre o autor de *O Castelo* ou o autor do *Doutor Fausto*.³⁰ De forma concomitante os anos 60 viram também eclodir correntes subjetivistas, associadas mais às vertentes românticas como a fenomenologia e a hermênutica, que assim como as marxistas tiveram suas expressões nos trabalhos geográficos. Os rótulos Geografia marxista e Geografia humanista têm aí suas origens. Essas correntes se expandiram igualmente pelos mais diversos estados nacionais³¹.

Muito tem sido dito sobre as características do positivismo e das correntes filosóficas, de um modo geral, e suas expressões e desdobramentos nos campos científicos. Vários geógrafos que se dedicam à historiografia da Geografia têm também construído suas abordagens a partir de perspectivas semelhantes. A idéia de um movimento pendular, isto é, um movimento de vaivém com intervalos regulares, domina a leitura que tem sido realizada sobre o desenvolvimento da produção intelectual da Geografia. De fato, boas e grandes contribuições foram apresentadas nessa direção. Entretanto, atualmente, parece não ser muito útil e revelador analisar a dinâmica da ciência geográfica, e dos estudos da geografia como materialidade, por exemplo, pela dualidade positivismo x historicismo, ou racionalismo x romantismo, ou positivismo x humanismo, e suas inúmeras variações. O emprego dessa matriz tornou-se comum nos inúmeros artigos produzidos pelos atores do campo científico geográfico, uma certa repetição com acréscimo de nomes importantes e rótulos modernos, do que tem sido produzido desde os anos iniciais da Geografia se institucionaliza, desde finais do século XIX.

Na realidade essa forma de apresentar e classificar os discursos geográficos não traz novidades, mas sim dá prosseguimento a uma maneira de agir e pensar mecânica e evolucionista. Afirmações como a Geografia positivista clássica é dominada pela descrição da morfologia, pelo empirismo, ou a neopositivista pela descrição matemática e construção modelística e pelo raciocínio lógico, ou a marxista pelo materialismo dialético que busca a essência sócio-espacial, ou a humanística, pela valorização do homem e sua substância etc., são comuns e não clarificam muito as

³⁰ Georg Lukács, 1977.

³¹ É interessante observar que em finais dos anos 60, quando a comunidade científica da Geografia reestruturava sua forma de estudo espacial, Braudel produzia sua obra *Civilização material*. Da mesma maneira que as ciências sociais, de um modo geral, a Geografia incorporava em sua análise e discurso não apenas temáticas que surgiam com a eclosão do marxismo no ocidente, como também o conjunto de idéias filosóficas, políticas e sociais elaboradas por Marx e Engels e desenvolvidas posteriormente por outros intelectuais.

distinções que procuram sustentar. Em diversas ocasiões tais afirmações se superpõem e são cheias de contradições, não sendo capaz de confirmar as diferenças que tanto defendem. Contudo os estudos de cada uma dessas vertentes se colocam a partir de um sedutor roteiro metodológico sem variações, muito seguro, organizado, científico, mas que de fato só serve para engrossar o número de artigos produzidos, que cada vez se avolumam, principalmente em função da lógica produtivista que domina o mundo globalizado em todas as suas expressões.

Essas grandes classificações podem até produzir, inicialmente, efeitos didáticos positivos, mas acabam dificultando a divulgação e a visibilidade dos autores e seus trabalhos, uma vez que os rotulam e os enquadram dentro de comportamentos padrões e na maioria das vezes excludentes, como positivistas, neopositivistas, marxistas, humanistas etc.. Da mesma forma, essas classificações escondem os motivos que conduziram os autores a aderir essa ou aquela orientação. Parece que ocorre uma certa dissociação entre um campo mais amplo, o campo social, e o campo científico, como se este não pertencesse aquele e não fosse uma de suas variações.

Para se entender o campo científico e sua dinâmica é imprescindível ir além de sua delimitação. É necessário encontrar as motivações no campo social e principalmente na esfera da cultura e da arte, em todas as suas expressões, uma vez que estas espelham e materializam o que há de mais avançado em termos de idéias e movimentos tanto de ordem econômica quanto política. Esse papel precursor e pioneiro do mundo das artes também não está dissociado do conjunto de ações realizadas pela economia, pela política e pela ciência, não são excludentes. Apenas, as artes, parecem ser as primeiras a revelar as essências dessas outras dimensões que lhes são complementares.

5 - O realismo e a geografia como materialidade: recuperando a dialética sócio-espacial

L'espace devient l'enjeu principal des luttes et des actions visant un objectif. Il n'a jamais cessé d'être le lieu des ressources, le milieu où se déploient les stratégies, mais il devient quelque chose d'autre que le théâtre, le scène indifférente, le cadre des actes. L'espace n'abolit pas les autres matériaux et ressources du jeu socio-politique, des matières premières aux produits les plus finis, des entreprises à la « culture ». Il les rassemble et se substitue à chacun d'eux pris à part en les enveloppant. D'où un vaste mouvement, au cours duquel l'espace ne peut plus se considérer comme une « essence », un objet distinct pour et devant les « sujets », relevant d'une logique autonome. Il ne peut pas davantage se considérer comme une résultante et un résultat, effet constatable empiriquement d'un passé, d'une histoire, d'une société. Medium ? Milieu ? Intermédiaire ? Oui, mais de moins en moins neutre, de plus en plus

*actif, à la fois comme instrument et comme objectif, comme moyen et comme but. Ce que outrepassa singulièrement la catégorie dans laquelle on l'emprisonne, le « medium ».*³²

O trecho acima retirado da maravilhosa obra, publicada em 1974, “*La reproduction de l’espace*”, do sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre (1905-1991), abri aqui minha argüição, não só pela influência que este grande intelectual exerceu e continua exercendo entre geógrafos de correntes marxistas, logo realistas, mas, sobretudo, pela importância e qualidade teórica que esse livro apresenta no debate do espaço geográfico, aqui denominado *geografia como materialidade*, objeto de estudo da Geografia. Nessa obra, Lefebvre desenvolve uma reflexão profunda sobre espaço a partir, principalmente, da contribuição de Marx e Engels, portanto a partir da perspectiva materialista. Seu propósito é introduzir e desenvolver uma discussão teórica sobre *espaço social*, espaço um produto social, e sobrepor a concepção de espaço geométrico euclidiano dominante na forma de pensar dos cientistas sociais.

A partir das inúmeras transformações ocorridas no âmbito mais geral da cultura, principalmente, no século XIX, algumas já mencionadas anteriormente, o espaço geográfico, ou geografia como materialidade, ganha novos contornos, alcances e papéis. No mundo atual, a geografia tem, assim, cada vez mais se tornado objeto de produção, circulação e consumo. A partir da atuação dos homens, principalmente através dos modernos objetos técnicos que passaram a constituir, conforme expressão criada por Milton Santos (1996), verdadeiras próteses do território, o espaço geográfico, ou geografia como materialidade, conseguiu assumir um conjunto de realidades próprias com mesmo peso e dentro do mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro o capital. De fato, na atualidade, os dois conjuntos de relações, o social e o espacial, passaram a se corresponder, isto é, tornaram-se proporcionais no valor, no peso e na força. Assim, a relação entre o espaço criado e organizado e as demais estruturas políticas, culturais, econômicas, tornou-se de grande importância.

Henri Lefebvre, a partir de sua discussão teórica intencionalmente direcionada para a categoria espaço, uma determinação da existência³³, foi um dos grandes intelectuais a reconhecer e chamar a atenção para esse fato, o papel do espaço na produção e reprodução da vida social. E a maneira com que chama a atenção é singular.

³² Henri Lefebvre, 1974, p.471-472

³³ Vale salientar que a concepção de categoria em Lefebvre (1974) é a mesma apresentada por José Luis Corrágio (1987), e tem sua matriz em Marx e no seu realismo: “*As categorias são formas de ser, determinações da existência*”.(Karl Marx, Apud, Georg Lukács, 1979).

Lefebvre busca teorizar *espaço social* superando a visão dicotômica sociedade-espaço e apresentando argumentos para a construção da dialética sócio-espacial, os quais nem se sustentam em uma análise do espaço pelo espaço nem da sociedade pela sociedade, mas sim numa profunda associação entre história-geografia-sociedade. Proposição posteriormente enfatizada e desenvolvida por Edward Soja em *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria*, 1993, e *Thirdspace. Journeys to Los Angeles and Other Real- and - Imagined Places*, 1997³⁴.

Não é minha intenção apresentar e desenvolver a complexa discussão sobre a dialética sócio-espacial em Lefebvre ou em Soja, mas sim situar a *geografia como materialidade* a partir dessa perspectiva. As considerações do economista argentino José Luis Coraggio (1987) sobre a categoria espaço e sua relação com os processos sociais, elaboradas desde os anos oitenta, são aqui recuperadas, primeiramente, por estarem em consonância com as idéias de Lefebvre e Soja, e, em segundo lugar, por indicarem um caminho para a construção de um sistema de conceitos ordenadores da investigação empírica sobre o espaço geográfico. Sistema capaz de proporcionar uma interpretação dos resultados dessa investigação e ao mesmo tempo permitir uma contínua revisão das concepções teóricas pertinentes.

Coraggio no seu livro *Territorios em transición: crítica de la planificación regional em América Latina*, 1987, procura apresentar algumas propostas teórico-práticas realizadas entre 1979-1982 sobre a temática do planejamento territorial, especialmente do planejamento regional na América Latina, que para o autor deveria se sustentar em um conhecimento particularizado da problemática de cada país, situados histórica e geograficamente. Preocupado, igualmente como Lefebvre, em destituir a geometria como ciência do espaço e consolidar uma teoria do espaço respaldada diretamente nos processos sociais, Coraggio inicia sua argumentação pela consideração do espaço como categoria da determinação da existência e como constitutiva de um campo de fenômenos delimitado científica e não empiricamente. Evita, assim, a utilização mais comum do termo categoria como significado de certos conceitos fundamentais de um campo do saber. Para o autor, uma coisa é a categoria como determinação de existência e outra o conceito desenvolvido sobre tal categoria em um sistema teórico. Embora no campo do marxismo a última interpretação parece ter

³⁴ Vários geógrafos brasileiros, com perspectivas, tempos e lugares diferenciados, buscaram apresentar reflexões sobre a geografia como materialidade a partir de abordagens marxistas que pela importância de suas obras cabem aqui mencionar alguns: Milton Santos, Armando Corrêa da Silva, Ruy Moreira, Antônio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa.

predominado, Coraggio reserva o termo categoria para as determinações de existência, na intenção de por ênfase aos postulados básicos de uma epistemologia materialista, que prioriza a ordem do real sobre a ordem do pensamento.³⁵

Como uma sociedade não está constituída somente por um sistema de categorias exclusivas do ser social, uma vez que tais categorias estão entremeadas com categorias próprias do natural, sem as quais não pode efetivamente existir o social, o procedimento mais adequado para o estudo da sociedade seria considerar a categoria espaço também em relação aos processos naturais e ver de que maneira esses processos entram nos processos sociais. Assim, o espaço real como categoria, como determinação da existência, é parte constitutiva dos objetos reais, dos corpos físicos, e das suas relações, sejam esses objetos e relações de natureza física, orgânica ou social. Todavia, conforme Coraggio o espaço não é uma qualidade, um atributo, dos corpos. Mas sim a qualidade, o modo de ser, dos corpos que constitui a espacialidade, que é o momento explícito de toda a matéria. A espacialidade é o que abarca os momentos todos, a extensão, a forma, a posição, a distância, a direção e a diversidade de direção. Por isso abarca também o movimento e a conexão espacial³⁶.

A partir das considerações acima é possível, então, estabelecer um paralelo, de um lado, entre *espaço como determinação da existência* e *geografia como materialidade*, e, de outro, entre *espacialidade*, como atributo da matéria e de suas conexões, e a expressão *geograficidade*. Pensar, portanto, o objeto de estudo da Geografia, a *geografia como materialidade*, é refletir sobre o espaço como determinação da realidade social e sobre as *geograficidades* ou *espacialidades* como atributos, conexões e impactos dos objetos e formas espaciais na dinâmica social. De fato, a *geografia como materialidade* além de ser condição de existência é expressão das dinâmicas física, biológica e das ações sociais. É a corporificação das ações sociais e das energias naturais no tempo, é a corporificação da história da sociedade e da natureza. Essa corporificação reúne espacialidades, espacialidades superpostas, que se tornam evidentes pelas formas, formas espaciais ou geográficas, que em conjunto configuram os cenários geográficos ou, como a Geografia mais comumente tem chamado, as paisagens geográficas.

As paisagens geográficas são compostas por espacialidades, ou geograficidades, de naturezas distintas: física, orgânica e social. A espacialidade física é

³⁵ José Luis Coraggio, 1987, p.18.

³⁶ José Luis Coraggio, 1987, p.21-24.

resultante de uma rede de relações físicas, e constituída por características específicas, como extensão, massa, forma, posição relativa, movimento, etc. A diversidade da paisagem local é inicialmente resultante das formas locais expressas pela espacialidade inorgânica, o domínio do mundo mineral e dos processos físico-químicos. A espacialidade orgânica, também da ordem natural, se sobrepõe a espacialidade física, isto é, às feições físicas diferenciadas dos lugares, manifestando a vida biológica e introduzindo a variedade local da materialidade biológica. Esta espacialidade é constituída dos organismos biológicos e seus diversos elementos, como extensão, forma, posição relativa de suas partes, deslocamento de fluídos, possibilidades de movimento como conjunto, etc. A diversidade da paisagem local é acrescida, assim, pela expressão da espacialidade orgânica. A espacialidade da ordem social se manifesta sobre a ordem natural, ou seja, sobre ambas as espacialidades, físicas e biológicas, que constituem um substrato natural diversificado. Sobre esse substrato, materializam-se as heranças culturais, também desigualmente acumuladas nos diferentes pontos da superfície terrestre, resultantes do trabalho morto. Como no caso anterior, em que a ordem física não desaparece nas formações orgânicas, na espacialidade social a ordem e as formas naturais também não se dissipam para deixar lugar para o campo social, mas sim compõe o social, sofrendo variações resultantes dos diversos usos que a sociedade faz. A diversidade da paisagem local é complementada, então, pela expressão da espacialidade social. Entretanto, a espacialidade social é regida pela lógica da produção, troca e consumo e orientada pela política e pela ideologia, cujo paralelo nos processos biológicos e físicos é inútil buscar. Sua reprodução se realiza a partir da espacialidade natural, por ela sofre interferência e nela interfere, mas possui uma dinâmica distinta da dinâmica da natureza, possui um caráter histórico e político³⁷.

Um determinado lugar, que pode ser uma cidade, por exemplo, expressa a síntese dessas espacialidades ou geograficidades, expressa uma associação de formas espaciais diferenciadas, com dinâmicas e lógicas diversas, mas com força de expressão e atuação em conjunto. Cada lugar se revela através de específicos cenários geográficos, ou paisagens geográficas. Cada lugar apresenta, nesse sentido, morfologias, desenhos, estéticas, velocidades e capacidades técnicas variadas, que são produzidas e reproduzidas socialmente. Apresenta também níveis diferenciados de desenvolvimento, econômico, político e cultural, e potencialidades físicas e biológicas diversificadas.

³⁷ Para algumas reflexões sobre as espacialidades ver Coraggio, 1987, p.17-46 e Antonio Carlos Robert Moraes 2002, p.53-60.

Cada lugar é igualmente palco da vida cotidiana de indivíduos e grupos, que interferem na paisagem e por ela são impulsionados. Embora muitas ações não deixem marcas na paisagem, acontecem nos lugares e somente estes podem ajudar a explicá-las.

Assim, lugares expressam espacialidades distintas e sobrepostas, e forças políticas também distintas e sobrepostas de alcance variado. Os cenários geográficos dos lugares interferem na reprodução social, e, dependendo do seu grau de articulação econômica e política, ultrapassam a esfera local e alcançam a esfera planetária. Esta articulação está diretamente relacionada à capacidade técnica das formas e aos valores dos grupos sociais, virtudes que mudam no tempo e nos lugares. Tanto a dinâmica social influencia e produz as espacialidades locais, evidenciadas pelo conjunto de formas e estéticas que constituem as paisagens, quanto as espacialidades locais participam como agentes importantes da dinâmica social. Embora não sejam sempre determinantes, as espacialidades, são condicionantes fundamentais e explicativos da vida social.

Espaço social ou *espaço geográfico* equivale à *geografia como materialidade*, uma categoria da existência, do mundo exterior. *Espacialidade* equivale a *geograficidade*, atributo dos corpos, dos objetos, envolvendo matéria, extensão, forma, posição, distância, direção e conexão entre os corpos. *Espacialidade* ou *geograficidade*, assim, está diretamente relacionada à matéria e à forma dos objetos, isto é, ao material e ao produto final, a forma, que a matéria toma a partir da intervenção e da vida humana. Matéria e forma, então, constituem elementos básicos da *geografia como materialidade* e das *espacialidades* ou *geograficidades*. De fato, a expressão *geografia como materialidade* é excessiva, redundante, uma vez que a própria palavra geografia já traz consigo a idéia da corporificação, “grafia da Terra”.

A distinção e relação entre matéria e forma podem ser encontradas na concepção aristotélica uma importante base de reflexão para a epistemologia da *geografia como materialidade*. Segundo a concepção aristotélica, a forma é o fim para qual tende o trabalho do homem e matéria é apenas um material, um ponto de partida do trabalho. Uma forma sem matéria, não seria uma forma e sim uma idéia, uma abstração. Assim, a geografia sem o substrato material e sem as formas não seria geografia, mas uma abstração. Da mesma maneira que a forma pressupõe o trabalho, no mundo atual a geografia ou *geografia como materialidade* ou *espaço geográfico* não se realiza sem ele. A matéria não tem consciência, não pensa, é provada de memória, de inteligência,

de vontade e de afetividade³⁸. A ação humana é que trabalha a matéria e a modifica, lhe dá forma, uso e valor. O trabalho, então, é o mediador entre a matéria e a forma. Ele não apenas dá a matéria valor de uso, como também valor de troca ao lhe transformar e lhe transferir valor.

As atuais formas geográficas, resultantes do conjunto das espacialidades físicas, biológicas e sociais, expressas nas diversas paisagens dos lugares, são valores de uso e valores de troca, são mercadorias, têm valor para perder e ao mesmo tempo transferem valor³⁹. Nesse sentido, quanto maior a quantidade de trabalho, material ou imaterial, maior será o valor das formas geográficas, maior será o valor dos lugares, maior será a ação das *espacialidades* ou *geograficidades*. Isso indica, necessariamente, que a geografia como materialidade do mundo contemporâneo, mundo absolutamente capitalista⁴⁰, é uma categoria de sua existência e uma mercadoria que, em função dos progressos técnicos e da atual dinâmica econômica global, adquire cada vez mais valor. Alguns lugares, pela importância real ou potencial de suas formas espaciais e pelo alcance e atuação de suas *geograficidades*, apresentam valor maior do que outros⁴¹.

³⁸ Segundo André Comte-Sponville, para a maioria dos filósofos a matéria é tudo aquilo que existe fora do espírito e independente do pensamento. É tudo que não tem consciência, tudo o que não pensa (e que não precisa ser pensado para existir), tudo o que é provado de memória, de inteligência, de vontade e de afetividade, tudo o que não é como nós. A matéria não tem consciência nem memória, não tem projeto nem vontade, não tem inteligência nem sentimentos. Ondas, partículas, massa ou energia, são matérias? Pouco importa, a não ser que as suponham espirituais (dotadas de consciência, de pensamento, de afetividade, etc.), são filosoficamente formas da matéria. O vento não é menos material que o rochedo, uma onda não é menos material do que uma partícula, nem a energia é menos matéria que a massa. Nem o cérebro humano é menos material do que o cérebro mesmo. É aqui que o círculo se fecha. Matéria é tudo o que existe, independente do espírito e do pensamento, inclusive o pensamento e o espírito. Isto significa que o espírito não é uma substância, mas um ato. Significa que todo o pensamento pressupõe um corpo (um cérebro) que o pense. Enfim, o pensamento depende, por sua vez, de uma matéria que o constitui, e que não pensa. (Comte-Sponville, 2003, p.368-369)

³⁹ “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. (...) A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa, que por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção”. (Karl Marx, O Capital, 1987, p.41-42).

⁴⁰ Immanuel Wallerstein, 1974, sustenta que pela primeira vez na história do planeta chegou-se a um momento em que apenas um único sistema histórico impera, orientado por uma única economia de mercado que se reproduz não obstante suas contradições.

⁴¹ Milton Santos, em *A natureza do espaço*, (1996, p.197-198), ao considerar o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional, desenvolve as concepções de produtividade espacial ou geográfica e de exercício de reserva de lugares que fortalecem a argumentação aqui exposta. “Os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, a rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais e da ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral).(...) Assim como se fala de produtividade de uma máquina, de uma planta, de uma empresa, podemos, também falar de produtividade espacial, ou geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao

No mundo atual, assim, os conjuntos das diversas formas espaciais que constituem os lugares, e lhes dão volumes e estéticas percebidas através das paisagens geográficas, não são mais simples objetos de trabalho, mas matérias primas, isto é, objetos de trabalho filtrados através de trabalho anterior, material ou imaterial, sobre a qual o trabalho opera constantemente⁴². São, também, meios de trabalho, seja como coisas que intermedeiam o processo de trabalhado ou como condições materiais necessárias à realização desse processo. Concentrando formas espaciais diversas e sobrepostas, portanto espacialidades distintas, os lugares são, assim, matérias primas e meios de trabalho. São elementos definidores das épocas econômicas e servem para medir o desenvolvimento da força de trabalho e simultaneamente nela interferem. Além disso, indicam as condições sociais em que esta força se realiza. Ao mesmo tempo em que são resultados das ações e energias passadas são matérias primas de novas ações.

Dialeticamente, enquanto os lugares, através de suas paisagens, expressam as condições e o grau de criação e mercantilização de cada sociedade, oferecem as circunstâncias de sua reprodução. Alimentam e são alimentados pelo fluxo social, que por sua vez, depende energia, material e imaterial, na sua elaboração e edificação. São os lugares que oferecem as condições materiais e subjetivas do cotidiano, dos segundos, minutos e horas vividas. Neles as idéias que o modificam são criadas. Neles, essas idéias podem ser visualizadas e as artes, ciências, técnicas e filosofias podem ser apreciadas. Ao mesmo tempo, os lugares impulsionam as criações artísticas e científicas. Como, então, desconsiderar o papel dos lugares, das espacialidades em conjunto, dos cenários, das suas formas e estéticas na dinâmica das sociedades, especificamente, da sociedade contemporânea?

Muito pouca atenção tem sido dada à reflexão sobre arte e geografia e sobre as condições e os valores da experiência estética dos lugares⁴³. Não apenas a apreciação

espaço produtivo, isto é, ao trabalho do espaço.(...).Estaremos diante de um determinismo de tipo novo, um neo determinismo do espaço artificial? Tal produtividade pode não ser duradoura, desde que outro lugar passe a oferecer àquele produto melhores vantagens comparativas de localização. A noção de “exército de reserva de lugares”, ganha então novo significado.”

⁴² “O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificações efetuada pelo trabalho.” (Karl Marx, O Capital, 1987, p.203)

⁴³ Em termos etimológicos a palavra estética origina-se do grego *aisthetis* que significa perceptível pelos sentidos, sensível, tudo aquilo que pode ser percebido pela inteligência. A palavra estética só aparece no século XVIII com o alemão Alexander Baumgarten (1714-1762) referindo-se ainda a teoria da sensibilidade, conforme seu sentido original. Atualmente o sentido da palavra estética vincula-se a reflexão sobre a arte e o belo. Está, assim, atrelada à reflexão filosófica, à crítica literária, ou à história da arte. A filosofia contemporânea tem empregado o termo, estética, para tipos de experiências obtidas

das artes plásticas propicia a mais complexa e intensa forma de experiência estética, como também a percepção de mundo é permeada pela silenciosa experiência estética oferecida pela arquitetura e pelo meio ambiente em constantes associações. Se considerarmos as cidades como obra de arte, como sugere Pedro Geiger (2004), embora muitas cidades nunca cheguem a essa categoria e não ultrapassem apenas a condição de objeto artístico, um leque de questões se abre a respeito da experiência estética promovida pela geografia como materialidade.

Nesse sentido, as reflexões desenvolvidas por Lukács sobre os aspectos essenciais e específicos do reflexo estético, reflexo científico e artístico, parecem apontar novas e importantes possibilidades de discussão para a geografia como materialidade do mundo atual, principalmente para o debate que envolve o conceito de lugar. Em *Estética e Política Cultural*, 1996, Leandro Konder assinala que já no início do século XX, Lukács estava convencido da importância dos valores estéticos e da vinculação entre forma e conteúdo. No começo dos anos 30, ao fazer a crítica literária de alguns escritos de autores de esquerda, romances de escritores ligados ao movimento operário, Lukács sustentava que neles a pobreza formal indicava limitações de conteúdo. Assim, conforme Konder, Lukács considerava que os ficcionistas do comunismo alemão não eram capazes de conferir qualidade artística à sua ficção porque não eram capazes de reconhecer em toda a sua complexidade a realidade social em que viviam. Não enxergavam as suas contradições e, por conseguinte, não podiam recriá-la na literatura.⁴⁴

Transportar a relação acima entre forma e conteúdo, assim como introduzir a discussão sobre os valores estéticos em Geografia, para a análise de seu objeto de estudo, a geografia como materialidade e as geografidades, e especificamente para uma de suas representações, o conceito de lugar, parecem indicar novas e ricas entradas de investigação neste campo científico. Assim, ao pensar os lugares, seus usos e alcances, como, por exemplo, as cidades contemporâneas, que são verdadeiras superposições de formas espaciais, de geografidades, em constante processo de construção, geradas e concebidas ao longo do tempo pelo trabalho social, material ou imaterial, seria interessante que autores da Geografia, considerassem as condições e os efeitos da criação científica e artística. Não apenas prédios, pontes, ruas, praças,

através da música, poesia, pintura, escultura, objetos arquitetônicos, intervenções no espaço ou mesmo cenas da natureza. (BAYER, Raymond, 1993; DUROZUI, Gérard e ROUSSEL, André, 1996)

⁴⁴ Leandro Konder, 1996, p.28.

elementos arquitetônicos, o arranjo do quadro natural, as imagens e intervenções urbanas, mas também a pintura, a escultura e a literatura sobre a cultura e formas urbanas, indicadores do brilho ou da ofuscação das cidades, expressam e geram valores científicos e estéticos, influenciam atitudes e tomadas de decisões. Recentemente, alguns geógrafos têm dedicado estudos sobre essa temática, tais como Pedro Geiger e Rolf Sternberg que, em 2004, publicam artigos sobre a estética espacial e o urbano.

Entretanto, conforme já mencionado, não tem sido comum o debate sobre estética e espaço, principalmente, em Geografia. As outras ciências sociais, provavelmente em virtude da maior frequência dos diálogos com os campos da Filosofia e da Arte, têm apresentado contribuições mais significativas, expressando tanto perspectivas idealistas quanto realistas marxistas. Dentre estas últimas, vale mencionar uma tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, em 2003, sob o título *Lukács e a Arquitetura*⁴⁵. Este trabalho fornece uma rica leitura sobre a obra *Estética*, de Lukács, dando particular atenção a um de seus capítulos, dedicado ao estudo da arquitetura, uma das expressões da ciência e da arte, de grande importância e influência na geografia do mundo contemporâneo.

Como a arquitetura resulta de um longo processo de desenvolvimento da humanidade, acumulando uma enorme quantidade de trabalho material e imaterial, inevitavelmente desencadeia uma série de emoções e sentimentos que movimentam as ações e criações humanas e a ela retornam. Quanto maior o desenvolvimento da humanidade, mais fortes serão as emoções desencadeadas pela arquitetura e pelos lugares. É o que procura apontar Lukács ao mencionar que não obstante um espaço fechado ainda não construído pelo homem, como a caverna na sociedade primitiva, por oferecer segurança e proteção contra o tempo e os inimigos, provoque emoções de alegria e conforto, um espaço produto da atividade do homem vai desencadear emoções e sentimentos muito mais intensos⁴⁶.

Lukács foi um dos intelectuais que mais desenvolveu as bases de uma estética marxista, criticando tanto as tendências reducionistas e idealistas da Sociologia da Arte quanto às simplificações do marxismo. Seu principal objetivo era buscar, a partir das relações ininterruptas entre o materialismo dialético e o materialismo histórico, uma explicitação dos aspectos essenciais e específicos do reflexo estético da realidade. E nesse sentido, para o autor, as proposições da estética idealista colocavam obstáculos ao

⁴⁵ Juarez Torres Duayer , 2003.

⁴⁶ Juarez Torres Duayer , 2003, p.35.

debate e ao papel da arte na sociedade, uma vez que consideravam as formas de consciência como determinadoras da realidade (“há ser sem consciência, mas não há consciência sem ser”, Karl Marx). A concepção lukacsiana de arte é desenvolvida, assim, sob a perspectiva materialista, e examinada nas relações sujeito-objeto a partir das diversas formas através das quais os homens tomam conhecimento e refletem a realidade, os modos de reação a algo existente objetivamente, com independência da consciência e já concretamente estabelecido. O caráter necessariamente hierárquico que atribui a excelência espiritual às artes ideais (a poesia e suas divisões) é para o autor um dos principais empecilhos para a compreensão estética do idealismo⁴⁷.

Entendida como forma de consciência, uma maneira dos homens se apropriarem do mundo, a arte é para Lukács um modo peculiar da manifestação da realidade. Sua especificidade consiste justamente aí, no reflexo antropomorfizador da realidade. Defensor apaixonado do método realista, enquanto critério para o crítico julgar a obra de arte e também o caminho para o artista revelar a verdade em sua criação, o autor concebe arte como uma atividade que parte da vida cotidiana para, em seguida, a ela retornar, produzindo nesse movimento reiterativo uma elevação na consciência sensível dos homens. Assim, a estética de Lukács tem como uma de suas peculiaridades mais originais o fato de buscar um enraizamento na vida cotidiana⁴⁸.

O comportamento cotidiano do homem, desse modo, é o começo e o fim de toda ação humana. Do cotidiano se depreendem, em formas superiores de recepção e reprodução da realidade, a ciência e a arte. Elas se constituem lentamente durante a evolução histórica e se diferenciam incessantemente. Entre elas, ciência e arte, num fecundo ponto médio, localiza o reflexo próprio da vida cotidiana (a consciência do homem comum). A vida cotidiana é o ponto de partida e o ponto de chegada. É dela que provém à necessidade do homem objetivar-se e ir além de seus limites habituais. Da mesma forma, é para a vida cotidiana que retornam os produtos de suas objetivações. Com isso, a vida social dos homens é permanentemente enriquecida com as aquisições advindas das conquistas da arte e da ciência. O que mais interessa é a função exercida pela arte na vida cotidiana dos homens. A arte, portanto, não existe como um dado objetivo numa relação de indiferença com os seus receptores⁴⁹.

⁴⁷ Juarez Torres Duayer, 2003, p.7-14.

⁴⁸ Celso Frederico, 2000.

⁴⁹ Celso Frederico, 2000.

A introdução da estética marxista na análise da geografia como materialidade, parece indicar novos olhares e entradas de investigação para o estudo e o aprimoramento conceitual sobre lugar. Como escala geográfica de realização do cotidiano, o lugar tem sido estudado pelo campo científico geográfico predominantemente a partir das abordagens idealistas, bastante evidentes nas correntes da Geografia humanística⁵⁰. Sua discussão conceitual não tem sido levada adiante pela incorporação de reflexões realistas marxistas, principalmente, lukacsianas, as quais este trabalho buscou pontuar algumas, com a intenção de esboçar um tratamento epistemológico para a geografia como materialidade a partir da perspectiva materialista.

Assim, retorna-se ao início deste texto, quando algumas questões e associações foram apresentadas sobre realismo e geografia. De fato, se considerarmos o realismo materialista como padrão de racionalidade, a geografia como materialidade adquire um estatuto singular na dinâmica social. Sua expressão passa a ser analisada na mesma proporção do seu real valor. Na contemporaneidade a incorporação da estética marxista nessa análise, especialmente lukacsiana, permite colocar acento no papel desempenhado pelas formas espaciais, pelas *geograficidades*, na vida cotidiana e na dinâmica capitalista, principalmente dos lugares que expressam maior quantidade de trabalho. Por se constituir, essencialmente, como condição de existência do mundo e dos seres, a geografia como materialidade e suas geograficidades precisam ser entendidas, como já assinalava Lefebvre, a partir da profunda associação entre história-geografia-sociedade, devem ser consideradas, portanto, como contínuo social e como condição do real.

Considerações finais

Muitos temas foram aqui tocados e desenvolvidos sobre os discursos elaborados pela ciência geográfica moderna e a geografia como materialidade. A primeira intenção foi colocar em destaque a relação entre o campo da cultura e o campo da ciência, situando este no seio daquele. Nesse sentido, tanto pensar a produção intelectual da Geografia e a formação da geografia como materialidade quanto refletir sobre as relações entre ambas e sobre suas atuações na dinâmica social, requer o reconhecimento das conexões entre as expressões da ciência e da arte. De fato, ciência e

⁵⁰ Raros são os trabalhos em Geografia que tratam o lugar a partir da perspectiva realista, materialista.. Entretanto vale lembrar o capítulo *Lugar e Cotidiano*, do livro *a Natureza do Espaço*, de Milton Santos, 1996, no qual desenvolve argumentações sustentadas no marxismo e no existencialismo sartriano, da segunda fase da carreira de Sartre, quando procura conciliar seu existencialismo aos princípios marxistas.

arte se retroalimentam. O segundo propósito foi enfatizar e desenvolver a distinção entre a Geografia e a geografia como materialidade, com objetivo de chamar a atenção para a natureza diferenciada desses objetos e contribuir para aclarar uma certa confusão que se apresenta hoje nos estudos e textos produzidos pelos geógrafos quando não consideram Geografia e geografia como materialidade, como objetos diferenciados. Costurando as discussões está o realismo. Por um lado, a defesa do realismo e da racionalidade, como conduta de todo o processo científico, o qual a Geografia é uma de suas expressões. Por outro, o objeto de estudo da Geografia, a geografia como materialidade, isto é, o espaço geográfico, como condição de existência do mundo e dos seres, como categoria da determinação da existência. O realismo externo, ou aqui denominado realismo materialista, é assim entendido como produto da geografia como materialidade, das diversas formas espaciais e suas associações em conjunto, ou seja das suas diversas geografidades. Ao longo de sua história, a ciência geográfica conseguiu produzir e acumular um acervo de contribuições para a análise da geografia material, que inclui tanto as características das formas materiais do território e das dinâmicas sociais, como também conceitos e teorias correspondentes à realidade espacial. Incorporar e desenvolver a estética materialista parece ser um dos novos desafios colocados para a Geografia dar continuidade de sua investigação sobre a geografia como materialidade do mundo contemporâneo, absolutamente capitalista.

Referências Bibliográficas

- BAYER, Raymond. *História da estética*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. *Revista Brasileira da Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano 44, n.3, 1982. p.519-528.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-73.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994, p.122-155.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- CAPEL, Horacio. Institucionalización de la geografia y estrategia de la comunidad científica de los geógrafos. Barcelona: *Geocritica*, n 8 e 9, 1977.

- _____. *Filosofia y Ciencia em La Geografia Contemporânea*. Barcanova, Barcelona, 1981.
- CLAVAL, Paul. *Evolucion de la geografia humana*. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.
- FREDERICO, Celso. Cotidiano e arte em Lukács. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 40, p. 299-308, 2000.
- CHAGA, Marco Maschio. Épocas históricas versus épocas cósmicas. Universidade Estadual do Paraná, *Uni Letras*, nº 24, dezembro/2002.
- CHILVERS, Ian. *Dicionário de Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- CORAGGIO, José Luis. *Territórios em transición: crítica de la planificación regional em América Latina*. Quito, CIUDAD, 1987.
- EÇA DE , José Maria. *Eça de Queiroz por João Gaspar Simões*. Rio de Janeiro: Agir, 2005).
- DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./mar, abr/jun, jul/set, 1939.
- _____. *Problemes de Geographie Humaine*. Paris : Bloud & Gay, 1939.
- DUAYER, Juarez Torres. *Lukács e a arquitetura*. Orientador: Walquiria Gertrudes Domingues Leão Rego, 2003. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas.
- DUROZOI, Gérard e ROUSSEL, André. *Dicionário de Filosofia*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Geographical Space and Aesthetic, the Sense of the Urban, *Anais XVITH International Congress of Asthetics: Changes in Asthetics*, 2004
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo : Annablume, 2005a.
- HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOUAISS, Antônio, et.al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.
- KONDER, Leandro. Estética e Política Cultural. ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquiria Leão (org.) *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Éditions Anthropos, 12 avenue du Maine, Paris, 15e, 1974.
- _____. *Lógica forma e lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.
- _____. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península, 1978.
- _____. *Pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisseia, 1972
- _____. *Revolution Urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.
- LUKÁCS, Georg. *Os princípios Ontológicos Fundamentais em Marx, Ontologia do ser social*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Significacion actual del realismo critico*. México: Era, 1977.

- MACHADO, Mônica Sampaio. *A Geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia brasileira*. Orientador: André Roberto Martin. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, o processo de produção do capital, volume II. São Paulo: Editora Bertran Brasil – DIFEL, 1987.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia. FFLCH-USP, 1980.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: Espaço, política e cultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. História social da geografia no Brasil: elementos para uma agenda de pesquisa. In: Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 1, 1999, Rio Claro. *Anais: mesas redondas*. Rio Claro: UNESP, 1999, v., 3 p. 17-23.
- _____. *As bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000, p.15-27.
- _____. *Território e História do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.198p.
- PEET, Richard. *Global capitalism: theories of societal development..* London : Routledge, 1991.
- PEET, Richard e WATTS, Michael. *Liberation ecologies environment, development, social movements*. London : Routledge, 2004.
- PETRONE, Pasquale. Geografia humana. In: FERRI, M.G. e MOTOYAMA, S. (Coords.). *História das Ciências no Brasil*, São Paulo, EDUSP, vol. 1. 1979,P. p.304-330.
- PHILO, Chris. História, Geografia e o “mistério ainda maior” da Geografia histórica. *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. GREGORY, D., MARTIN, R., SMITH, G., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, 269-298.
- SEARLE, John R. *Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro : Rocco, 2000.
- _____. *Racionalidade e realismo: o que está em jogo?* 1999. (http://www.dpi.inpe.br/cursos/ser212/artigos/searle_realismo_racionalidade.pdf)
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec. 1988.
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994
- _____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec. 1996.
- _____. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. *Espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SOARES, Fábio Macedo, O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, 1949, volume 11, n.4.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas :a reafirmação do espaço na teoria. social crítica*. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1993.
- _____. *Thirdspace. Journeys to Los Angeles and Other Real- and - Imagined Places*. Oxfon: Blackwell, 1997.

_____. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford : Blackwell, 2000.

STERNBERG, Rolf. Perception, Responses and Interpretations. The Urban Aesthetics Spatial Presence, *AAG Annual Conference*, Philadelphia, 2004.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

VALLAUX, Camille, *Les Sciences Geographiques*, Nouvelle Édition, Paris: Librairie Félix Alcan, 1929.

WAIBEL, Leo. Determinismo Geográfico e Geopolítica, contribuição ao problema da mudança da capital. *Boletim Geográfico*, IBGE, 1961, ano 19, nº 164.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The modern world-system*. New York: Academic, 1974.